

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**MORGANA KAROLINE CARDOSO FEITOSA**

**RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA FILIAÇÃO  
SOCIOAFETIVA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO DAS SUCESSÕES**

**SANTA RITA – PB  
OUTUBRO – 2018**

**MORGANA KAROLINE CARDOSO FEITOSA**

**RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA FILIAÇÃO  
SOCIOAFETIVA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO DAS SUCESSÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Me. Adriana dos Santos Ormond.

**SANTA RITA – PB  
OUTUBRO – 2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F311r Feitosa, Morgana Karoline Cardoso.

Reconhecimento extrajudicial e judicial da filiação  
socioafetiva e seus reflexos no direito das sucessões  
/ Morgana Karoline Cardoso Feitosa. - Santa Rita, 2018.  
60 f.

Orientação: Adriana dos Santos Ormond.  
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ.

1. Família. 2. Filiação socioafetiva. 3. Sucessão. 4.  
Direito Sucessório. I. Ormond, Adriana dos Santos. II.  
Título.

UFPB/CCJ

*Para minha avó Carmelita, que me ensinou que ser  
mãe vai além de qualquer definição, mas se  
concretiza no amar e no servir.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido estudar em uma Universidade Pública Federal, onde tive o privilégio de amadurecer academicamente e também pessoalmente. A Ele toda honra e toda glória.

Imensa gratidão aos meus pais e minhas irmãs, Maria Luiza e Ana Beatriz, que estiveram ao meu lado durante toda trajetória, vibrando com minhas conquistas e sendo consolo e abrigo quando eu me preocupei. Agradeço por não terem medido esforços para proporcionar o necessário para que eu conseguisse realizar esse sonho e por toda paciência em me escutar e aconselhar amorosamente quando precisei. Sou grata a minha família como um todo, em especial minha avó Carmelita e tia Miriam e Fábio que sempre me incentivaram a dar o meu melhor e seguir corajosamente os meus sonhos. Esta conquista também é de vocês.

Sou grata a todas as minhas amigas da faculdade que tornaram essa jornada mais leve e feliz: Adriane Villarim, Bruna Serrano, Kerlla Albuquerque, Lígia Arruda, Maria Clara, Maria Fernanda, Maria Thereza, Rebeca Sousa, Simone Martins, Selma Villarim, Thaís Quirino e Yohanna Vaz. Muito obrigada por todo apoio, por acreditarem mais em mim até quando eu duvidei, pelo afeto que vocês me transmitiram e transmitem. Nossa convivência diária pode ter chegado ao fim mas cada uma estará sempre presente em meu pensamento e coração.

Agradeço à minha querida orientadora Adriana Ormond pela disponibilidade e solicitude em me guiar na elaboração deste trabalho de maneira sempre alegre, paciente e calma. Aproveito para agradecer aos meus professores que acompanharam a minha trajetória ao longo do curso, guardarei os ensinamentos e exemplos de cada um.

Por fim, meu agradecimento aos que contribuíram com meu aprendizado através do estágio no Fórum de Cabedelo. Vocês sempre terão um espaço na minha história e no meu coração.

FEITOSA, Morgana Karoline Cardoso. **Trâmites judicial e extrajudicial para o reconhecimento da filiação socioafetiva e seus efeitos no direito sucessório.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito de Santa Rita, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2018.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade analisar os desdobramentos da relação de filiação socioafetiva no cenário judiciário brasileiro, no que diz respeito ao direito do pai/mãe de transmitir sua herança à seus herdeiros, bem como o direito desse herdeiro suceder seu pai/mãe, aclarando as vias e procedimentos necessários para a prevalência da vontade do autor da herança. Observa-se a importância desse instituto e do seu estudo uma vez que o direito se concretiza através da transformação da realidade cotidiana, devendo acompanhar os fatos que ocorrem na sociedade de maneira a amparar aqueles que necessitam da sua intervenção. Por ser a forma de filiação que ocorre com menos frequência, não há a propagação da forma que deve ocorrer o seu reconhecimento bem como dos demais efeitos provenientes deste, como o efeito sucessório. O trabalho aqui apresentado expõe os trâmites necessários a serem percorridos para que haja a efetivação do direito sucessório que envolva a filiação socioafetiva, demonstrando não só ser possível o reconhecimento judicial e extrajudicial mas diferentes situações que hoje possuem uma orientação doutrinária, jurisprudencial ou mesmo de artigos e leis esparsas que de maneira conjunta regulam os efeitos sucessórios da filiação socioafetiva.

**Palavras-chave:** Família; Filiação socioafetiva; Sucessão; Direito Sucessório.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the unfolding of the relation of socio-affective affiliation in the Brazilian judicial scene, with respect to the right of the father/mother to transmit his inheritance to his heirs, as well as the right of this heir to succeed his father/mother, clarifying the routes and procedures necessary for the prevalence of the will of the author of the inheritance. We note the importance of this institute and its study since the law is realized through the transformation of everyday reality, and must accompany the events that occur in society in order to support those who need their intervention. Because it is the form of affiliation that occurs less frequently, there is no propagation of the form that should occur its recognition as well as the other effects coming from it, such as the succession effect. The work presented here presents the necessary procedures to be followed in order for the succession law to be implemented that involves socio-affective affiliation, demonstrating not only judicial and extrajudicial recognition but different situations that today have a doctrinal, jurisprudential or even article orientation and sparse laws that jointly regulate the succession effects of socio-affective affiliation.

**Keywords:** Family; Socio-affective affiliation; Succession; Succession Law.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	8
2	O DIREITO DE FAMÍLIA APÓS A CRFB/88 .....	10
2.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA .....	10
2.2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	11
2.2.2	Princípio da solidariedade familiar .....	13
2.2.3	Princípio da função social da família .....	15
2.2.4	Princípio da afetividade .....	15
2.2.5	Princípio da igualdade entre os filhos .....	17
2.2.6	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente .....	18
2.3	CONCEITO DE FAMÍLIA E SEU NOVO FORMATO DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	18
2.4	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA .....	21
3	O ATUAL POSICIONAMENTO PÁTRIO DO RECONHECIMENTO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA .....	24
3.1	VIABILIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO PARENTAL .....	25
3.1.1	Procedimento habitual .....	25
3.2	RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA .....	26
3.2.1	Extrajudicial .....	26
3.2.2	Judicial .....	28
3.2.3	Situações de reconhecimento da filiação socioafetiva .....	32
3.2.3.1	Reconhecimento <i>post mortem</i> .....	32
3.2.3.2	Reconhecimento envolvendo adoção à brasileira .....	34
3.2.3.3	Reconhecimento dos filhos advindos da relação de padrasto e madrasta .....	35
3.2.3.4	Reconhecimento dos filhos advindos de fora do casamento .....	36
3.2.3.5	Reconhecimento dos filhos concebidos por reprodução assistida heteróloga .....	37
3.3	O IMPACTO DO PROVIMENTO 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NO RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA .....	38
4	DIREITO COMPARADO E IMPLICAÇÕES DO DIREITO DAS SUCESSÕES NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA .....	40
4.1	DIREITO COMPARADO: FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO BRASIL X FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO MUNDO .....	40
4.1.1	Filiação socioafetiva no Brasil .....	40
4.1.2	Filiação socioafetiva no mundo .....	41
4.2	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO DAS SUCESSÕES .....	43
4.3	PRINCÍPIOS NORTEADORES .....	45
4.3.1	Princípio da Saisine .....	45
4.3.2	Princípio da função social .....	46
4.3.3	Princípio da temporariedade .....	47
4.3.4	Princípio da (non) ultra vires hereditatis .....	48
4.3.5	Princípio do respeito à vontade manifestada .....	49
4.3.6	Princípio da territorialidade .....	49
4.4	APLICAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA .....	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
	REFERÊNCIAS .....	57



## 1 INTRODUÇÃO

A noção e aplicação do instituto da filiação socioafetiva vem sendo difundido no Brasil diante da mudança social pela qual tem passado o próprio conceito de família. Dentre as problematizações encontradas em nosso judiciário, temos as relações que envolvem o direito sucessório, englobando também o direito de testar desses pais socioafetivos, uma vez que muitas vezes não possuem o seu relacionamento reconhecido pelas vias ordinárias.

O direito sucessório consiste na transmissão da titularidade de direitos, na maior parte deles, patrimoniais, decorrentes da morte de alguém. Como o instituto da filiação socioafetiva não se encontra tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro, acaba por gerar variados questionamentos acerca dos vínculos que dele surgem, e que atualmente tem sido resolvidos através do judiciário, e estudados com mais aprofundamento pela doutrina.

Este trabalho busca esclarecer o procedimento possível e necessário para a efetivação dos direitos sucessórios dos filhos socioafetivos. Tema este de grande importância devido a dinamicidade das relações sociais que fazem surgir novos institutos como este que necessitam de regulamentação e discussão para que possa atender corretamente as necessidades da sociedade.

Inicialmente será abordada a situação do direito de família no Brasil após a Constituição de 1988. Uma vez que todo o ordenamento jurídico é baseado a partir dela, o que ocasionou mudanças sólidas no tangente à ampliação das formas de filiação que passaram a incluir além da biológica e da civil, a socioafetiva. Para que seja reconhecida a filiação socioafetiva há a necessidade de alguns requisitos, sendo eles o *tractatus*, *nominatio* e *reputatio*.

Com a Constituição Federal de 1988 tivemos a proibição de discriminação dos filhos conforme a sua origem. Tais mudanças foram embasadas nos princípios norteadores do direito de família, como o da dignidade humana, solidariedade familiar, função social da família, afetividade, igualdade entre os filhos e melhor interesse da criança e do adolescente.

Para que haja o reconhecimento de qualquer tipo de filiação há a maneira habitual, que segue o processo que se inicia com a Declaração de Nascido Vivo. Porém, mais especificamente para o reconhecimento da filiação socioafetiva, poderá ocorrer de forma extrajudicial e judicial, tendo suas especificidades que serão apresentadas ao longo do trabalho e demonstradas também através de situações que possam ser objeto de dúvida quanto a forma de reconhecimento, como a que ocorre *post mortem*, que envolve adoção à brasileira,

advindas da relação de padrasto e madrasta com seus enteados, as advindas de relações fora do casamento e onde as crianças são concebidas por reprodução assistida heteróloga.

Quanto ao reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, tivemos a edição do Provimento 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça que fora um marco em especial no sentido de que a partir dele houve a unificação do entendimento da possibilidade de ocorrer o reconhecimento em Cartório da filiação socioafetiva, posto que antes dependia da Corregedoria de Justiça de cada estado federativo.

É necessário também observar como o instituto da filiação socioafetiva se desenvolve em outros países, teremos como parâmetro Portugal, França, Itália e Alemanha. A partir do reconhecimento da filiação socioafetiva, ocorrerá os efeitos inerentes à qualquer tipo de filiação, sendo um deles o sucessório que será abordado no presente trabalho através da análise de noções introdutórias e também dos princípios mais relevantes da área, sendo eles: o da *saisine*, (*non*) *ultra vires hereditatis*, função social, territorialidade, temporariedade e do respeito à vontade manifestada.

Destarte, para uma melhor compreensão do conteúdo abordado será utilizado para demonstração da casuística dos tribunais comparações jurisprudenciais, onde será feita uma análise do discurso e da argumentação utilizada. Também o texto abordará o cenário argumentando através da legislação pátria que mesmo não tenha sido especificamente criada para reger o instituto da filiação socioafetiva, encaixa-se, uma vez que a partir do reconhecimento a mesma possui os mesmos efeitos das demais, devido ao princípio da não discriminação dos filhos conforme a origem.

O tipo metodológico utilizado será o jurídico comparativo, devido à análise da aplicabilidade do regramento jurídico pátrio e estrangeiro nas situações que envolvam o direito sucessório e filiação socioafetiva. Por fim, para embasar as afirmações aqui expressas será utilizado o posicionamento da doutrina, sendo uma pesquisa qualitativa que busca explorar o conhecimento acerca da matéria de direito civil conjuntamente com direito processual civil.

## 2 O DIREITO DE FAMÍLIA APÓS A CRFB/88

A Constituição Federal ocupa o espaço de mais importância dentro do cenário jurídico de um país. A CRFB/88 trouxe mudanças significativas não só para o direito de família mas para todas as demais áreas que regem a vida em sociedade. Neste capítulo vamos analisar algumas delas.

### 2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA

O direito que rege as relações familiares surgiu da necessidade de regras específicas para direcionar o tratamento conferido aos desdobramentos advindos dos vínculos criados destas relações. A preocupação em reger esses vínculos era estritamente de cunho patrimonial, uma vez que refletia a sociedade daquela época, onde o casamento ocorria com o intuito negocial.

Farias e Rosenthal<sup>1</sup> asseveram esse posicionamento quando enunciam que as famílias uniam-se com o fundamento de formação de patrimônio para a sua posterior transmissão, e complementam explanando que a dissolução do vínculo matrimonial estaria impossibilitada àquela época justamente com base nessa constatação, não podendo haver assim o rompimento da sociedade, uma vez que não seria uma atitude sábia do ponto de vista patrimonial. Este modelo foi proveniente de uma sociedade imersa na Revolução Industrial e envolta nos princípios que norteavam essa época.

Até o Código Civil de 1916 víamos uma postura discriminatória acerca das diferentes formas de filiação, de maneira que os filhos advindos do casamento eram tratados de forma diferenciada daqueles que não eram. Como exemplo, temos o artigo 358 da revogada Lei 3.071/1916 “Os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos.”, e também o artigo 377 da mesma Lei “Quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária.”<sup>2</sup>

Com o advento da Constituição de 1988, que trouxe em seu bojo novos princípios norteadores do ordenamento jurídico pátrio, essas concepções foram modificadas, seguindo a tendência de constitucionalização do direito civil, segundo a qual

---

<sup>1</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENTHAL, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 4. ed. rev., ampl. e atual. Bahia: Jus Podivm, 2012. p.40.

<sup>2</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

grande parte do direito civil está na Constituição, que acabou enlaçando os temas sociais juridicamente relevantes para garantir-lhes efetividade. A intervenção do Estado nas relações de direito privado permite o revigoramento das instituições de direito civil e, diante do novo texto constitucional, forçoso ao intérprete redesenhar o tecido do Direito Civil à luz da nova Constituição.<sup>3</sup>

A mudança de paradigma fez com que o direito assimilasse melhor a realidade das relações cotidianas. Inicialmente, o direito de família era baseado em um caráter patrimonialista, visão esta que está em processo de desconstrução, abrindo espaço para uma perspectiva fundamentada na afetividade em detrimento da legalidade. Através do viés de predominância da dignidade da pessoa humana, passamos a enxergar a pessoa como um fim em si, e não como meio de concretizar determinado direito.

Tal posicionamento foi elucidado através do artigo 226 da Constituição Federal que ostenta a família como base da sociedade e merecedora da proteção do Estado. Este mesmo artigo traz importantes novidades como o reconhecimento e proteção aos núcleos familiares que não foram fundados a partir do casamento (226, § 3º), conferindo-lhe a mesma proteção deferida ao casamento; também, o reconhecimento de diferentes formas de entidades familiares (226, §4); ainda, a igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher na constância da sociedade conjugal (226, §5º); dentre outras como a dissolução do casamento diretamente através do divórcio (226, §6º.) e a assistência à família através de mecanismos que coíbam a violência no âmbito de suas relações (226, §8º.).

## **2.2 DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES FAMILIARES**

### **2.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana**

O princípio da dignidade da pessoa humana está expresso no artigo primeiro da nossa Constituição sendo listado como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Tamanha importância dada a este princípio faz com que ele permeie todas as demais regras do ordenamento jurídico bem como a conduta em sua aplicação, de maneira que não poderia ser diferente no direito de família ou no direito processual civil. Conforme o artigo 8º. do Código de Processo Civil, ao aplicar as regras previstas no Código, o juiz deverá atender as exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana,

---

<sup>3</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo, 2008. p.36

enquanto observa a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Apesar de não ter uma conceituação exata, o princípio da dignidade da pessoa humana surgiu para instituir limites às ações não somente do Estado, mas também dos indivíduos que o compõem, para que haja o mínimo a ser respeitado, de modo a promover a harmonia da convivência em sociedade. No tangente ao direito de família, vemos que o respeito a este princípio é essencial uma vez que a família é onde o indivíduo aprende as noções básicas de convívio social e desenvolve a sua personalidade.

Como exemplo da aplicabilidade deste princípio em sede de direito de família, temos um caso interessante onde foi considerado desrespeitado o princípio da dignidade da pessoa humana quando do abandono afetivo do pai para com o filho, o que resultou no dever de indenizar, conforme descrito na ementa abaixo:

Indenização danos morais. Relação paterno-filial. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da afetividade. A dor sofrida pelo filho, em virtude do abandono paterno, que o privou do direito à convivência, ao amparo afetivo, moral e psíquico, deve ser indenizável, com fulcro no **princípio da dignidade da pessoa humana**.<sup>4</sup>

Apesar da discussão sobre o dever de indenizar no âmbito do abandono afetivo ser bastante polêmica, o argumento que é utilizado a favor da indenização está sustentado no princípio da dignidade humana e que o ilícito se basearia no descumprimento do dever de gerir a educação do filho, embasado no artigo 186 do Código Civil, que trata sobre o dever de indenizar mesmo quando este derive de dano moral. No concernente ao princípio da dignidade da pessoa humana, o abandono afetivo fere este uma vez que priva o indivíduo do convívio mínimo com seu(sua) genitor(a), retirando-lhe o afeto, a atenção e o cuidado que lhe devia ser direcionado, e que, mesmo havendo a presença do apoio financeiro, não há o do emocional. Este, não deve ser negligenciado no pleno desenvolvimento do ser humano em detrimento do indivíduo, e que a família, sendo a base da sociedade, deve suprir.

Podemos ainda enxergar a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana nas relações familiares no que diz respeito a busca pela felicidade. Conseguimos observar através da decisão do Supremo Tribunal Federal e na voz do Ministro Ayres Britto que

---

<sup>4</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação nº 408.550-5**. Minas Gerais, 01 de abril de 2004. Dje. Minas Gerais.

a família, objeto do deslocamento do eixo central de seu regramento normativo para o plano constitucional, reclama a reformulação do tratamento jurídico dos vínculos parentais à luz do sobreprincípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º., III, da CRFB) e da busca da felicidade. A dignidade humana compreende o ser humano como um ser intelectual e moral, capaz de determina-se e desenvolver-se em liberdade, de modo que a eleição individual dos próprios objetivos de vida tem preferência absoluta em relação a eventuais formulações legais definidoras de modelos preconcebidos destinados a resultados eleitos a priori pelo legislador. Jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão (BVerfGE 45, 187). A superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias construídas pelas relações afetivas interpessoais dos próprios indivíduos é corolário do sobreprincípio da dignidade humana. O direito à busca da felicidade, implícito ao art. 1º., III, da Constituição, ao tempo que eleva o indivíduo à centralidade do ordenamento jurídico-político, reconhece as suas capacidades de autodeterminação, autossuficiência e liberdade de escolha dos próprios objetivos, proibindo que o governo imiscua-se nos meios eleitos pelos cidadãos para a persecução das vontades particulares. Precedentes da Suprema Corte dos Estados Unidos da América e deste Egrégio Supremo Tribunal Federal: RE 477.554- AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 26.08.2011; ADPF 132, Rel. Min. Ayres Britto, DJe 14.10.2011. O indivíduo jamais pode ser reduzido a mero instrumento de consecução das vontades dos governantes, por isso que o direito à busca da felicidade protege o ser humano em face de tentativas do Estado de enquadrar a sua realidade familiar em modelos pre-concebidos pela lei.<sup>5</sup>

Este voto foi proferido na discussão que ensejou a tese de repercussão geral sobre a parentalidade socioafetiva e multiparentalidade, onde restou claro que o reconhecimento da filiação socioafetiva pode existir simultaneamente à filiação biológica e que ambas terão seus efeitos jurídicos próprios. Nesse caso, o direito à felicidade está intrínseco a liberdade de constituir a família da maneira que melhor se adeque ao indivíduo e poder ter a mesma proteção deferida as demais formas de família/parentesco. Tal concepção está ligada à dignidade da pessoa humana uma vez que a não intervenção do Estado no direito à felicidade, no que engloba a constituição familiar, garante o mínimo necessário para o desenvolvimento de uma vida saudável.

### 2.2.2 Princípio da solidariedade familiar

---

<sup>5</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 898060**. Dje. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4803092>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Segundo Flávio Tartuce<sup>6</sup>, a solidariedade seria o ato humanitário de responder por outrem, demonstrando preocupação e cuidado para com ele. Como princípio, a solidariedade familiar decorre da dignidade da pessoa humana e está expresso no art. 3º, III da Constituição da República quando é elencado como um dos objetivos fundamentais da República brasileira a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Por conta dos efeitos não só verticais, como horizontais dessas normas, consequentemente atingem as famílias como unidade e os indivíduos que a compõe.

Conseguimos enxergar claramente este princípio quando do pagamento de alimentos, quer seja do ascendente para o descendente, ou ao contrário, e até mesmo entre irmãos, conforme previsto no artigo 1.694 do Código Civil. Há o permeio da responsabilidade social intrínseca às relações familiares. A solidariedade familiar se concretiza através do amparo, a assistência material e moral recíproca, para que haja o respeito também ao princípio da dignidade da pessoa humana<sup>7</sup>.

Para ilustrar a aplicabilidade deste princípio temos a jurisprudência a seguir do Agravo de Instrumento no. 70077632115<sup>8</sup>, julgado da oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. FILHA MAIOR, ESTUDANTE E QUE RECENTEMENTE TORNOU-SE MÃE. DECISÃO QUE ACOLHEU O PEDIDO LIMINAR DE SUPRESSÃO DO ENCARGO ALIMENTAR. PEDIDO DE MANUTENÇÃO DA VERBA ALIMENTAR. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SUBSÍDIO.

O presente agravo de instrumento tem por objetivo a reforma da decisão exarada nos autos da ação de exoneração de alimentos, que deferiu o pedido liminar e exonerou o agravado de prestar alimentos à filha, ora agravante. Para tanto, a alimentada sustentou a necessidade de manutenção da verba alimentar. No caso, a prestação alimentar não pode mais ser apreciada sob a premissa do poder familiar, posto que este liame extingue-se com o surgimento da maioridade do descendente, que, por sua vez, não mais possui suas necessidades presumidas. Destarte, deve-se analisar o cabimento de tal encargo, hodiernamente, sob o enfoque constitucional, de reciprocidade familiar e de preservação da dignidade do alimentado, incumbindo ao credor comprovar a indispensabilidade dos alimentos. Em que pese a alimentada tenha atingido a maioridade civil, estando atualmente com 25 anos, prevalece o dever de prestação alimentar, agora

<sup>6</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. 12.ed, vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 15.

<sup>7</sup> STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017. p.1086.

<sup>8</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento nº 70077632115**. Diário da Justiça. Rio Grande do Sul.

fundado na... solidariedade familiar, pois ela demonstrou que carece deste aporte para manter-se minimamente. Credora que estuda e recentemente tornou-se mãe. Torna-se impreterível o acolhimento do pleito recursal, porquanto a decisão hostilizada recepcionou tão somente as informações prestadas pelo ora agravado, deixando de ponderar se a alimentada efetivamente necessitava ou não do auxílio material, nos termos da orientação contida na Súmula nº 358 do Superior Tribunal de Justiça. Recurso provido.

Mesmo que de acordo com a legislação pátria a jovem não tenha mais o direito a receber os alimentos, a situação deve ser analisada não só observando a letra fria da lei, mas também os princípios que permeiam e compõe o nosso ordenamento jurídico, como o da solidariedade familiar. E é por meio dele que é concedido à jovem o direito de permanecer recebendo os alimentos, posto que não possui meios para prover a sua própria existência. É importante ressaltar que o princípio da solidariedade familiar é aplicado não somente na situação onde os descendentes pleiteiam dos ascendentes, mas também poderá ocorrer o inverso, ou ainda, quando um deles não tiver condições, estende-se aos demais parentes.

### **2.2.3 Princípio da função social da família**

A família exerce um papel sociocultural uma vez que participa ativamente da formação do caráter de cada indivíduo, sendo assim o ambiente no qual o cidadão terá as primeiras noções de convivência em sociedade. Dessa maneira, devemos observar as relações familiares dentro de cada realidade regional diferente, uma vez que vivemos em um país de dimensões continentais e que cada região tem características próprias marcantes, além das comuns que as unem. Por ser a família o seio da sociedade, devemos lhe atribuir também função social, pois de outra maneira, estaríamos negando função social à própria sociedade.<sup>9</sup>

### **2.2.4 Princípio da afetividade**

A partir das mudanças ocorridas com o advento da Constituição de 1988 e os decorrentes da sua aplicabilidade temos que o afeto tornou-se um marco para as relações familiares, e um dos princípios nucleares que regem as mesmas. Apesar de não estar expressamente presente na CRFB/88, o princípio da afetividade decorre do da dignidade da

---

<sup>9</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. 12.ed, vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 31.



pessoa humana, reconhecido assim pela doutrina e jurisprudência pátria, como destaca a juspsicanalista Giselle Groeninga<sup>10</sup>:

O papel dado à subjetividade e à afetividade tem sido crescente no Direito de Família, que não mais pode excluir de suas considerações a qualidade dos vínculos existentes entre os membros de uma família, de forma que possa buscar a necessária objetividade na subjetividade inerente às relações. Cada vez mais se dá importância ao afeto nas considerações das relações familiares; aliás, um outro princípio do Direito de Família é o da afetividade.

O reconhecimento do princípio da afetividade incorporou ao direito de família as mudanças que ocorreram na sociedade, de modo que reconheceu as relações que surgiram em decorrência do afeto, como as homoafetivas, entre homem e mulher que não o casamento, entre filhos decorrentes de vínculo socioafetivo, entre outras. Deve-se atentar para o fato de que o afeto é considerado como sendo o contato entre as pessoas, e não só o amor decorrente deste. O afeto tem sua faceta positiva, que se concretiza no amor, e a negativa, que se consubstancia no ódio.<sup>11</sup>

A constatação infra constitucional do princípio da afetividade se encontra no artigo 1.593, do Código Civil, onde admite-se o parentesco civil ou natural, conforme derive da consanguinidade ou outra origem. Nesta parte final podemos encontrar o respaldo para a constituição de vínculos familiares baseados no afeto, como ocorre no caso das relações de filiação socioafetiva. Por conseguinte, o princípio da afetividade tem ensejado novos contornos jurídicos que se amoldam as transformações sociais vivenciadas na contemporaneidade, sendo uma delas e que iremos focar neste trabalho, o elemento formador e estruturador da unidade familiar, para que haja a prevalência do direito de cada indivíduo de fazer parte de uma entidade familiar baseada no afeto, e não naquelas alicerçadas nas estruturas pré ordenadas pelos legisladores.

O princípio da afetividade é a consubstanciação da mudança de paradigma vivido pela sociedade atual, dentro da realidade do direito de família, na qual ocorre a tentativa de priorizar o indivíduo como tal em detrimento do patrimônio, não sendo mais meio de concretização da vontade do Estado, mas um fim em si mesmo. Para ilustrar o surgimento,

---

<sup>10</sup> GROENINGA, Giselle Câmara. **Direito Civil. Direito de Família**. Orientação: Giselda M. F. Novaes Hironaka. Coordenação: Aguida Arruda Barbosa e Cláudia Stein Vieira. São Paulo: RT, 2008, v. 7. P.28

<sup>11</sup> TARTUCE, op. cit., p. 27.

concretização e aplicação do princípio temos a fala da Ministra Nancy Andrighi como relatora do Recurso Especial 1.026.981/RJ<sup>12</sup>:

A quebra de paradigmas do Direito de Família tem como traço forte a valorização do afeto e das relações surgidas da sua livre manifestação, colocando à margem do sistema a antiga postura meramente patrimonialista ou ainda aquela voltada apenas ao intuito de procriação da entidade familiar. Hoje, muito mais visibilidade alcançam as relações afetivas, sejam entre pessoas de mesmo sexo, sejam entre o homem e a mulher, pela comunhão de vida e de interesses, pela reciprocidade zelosa entre os seus integrantes.

Deve o juiz, nessa evolução de mentalidade, permanecer atento às manifestações de intolerância ou de repulsa que possam porventura se revelar em face das minorias, cabendo-lhe exercitar raciocínios de ponderação e apaziguamento de possíveis espíritos em conflito.

A defesa dos direitos em sua plenitude deve assentar em ideais de fraternidade e solidariedade, não podendo o Poder Judiciário esquivar-se de ver e de dizer o novo, assim como já o fez, em tempos idos, quando emprestou normatividade aos relacionamentos entre pessoas não casadas, fazendo surgir, por consequência, o instituto da união estável. A temática ora em julgamento igualmente assenta sua premissa em vínculos lastreados em comprometimento amoroso.

Dessa maneira, vemos que o princípio da afetividade se baseia primordialmente no sentimento gerado através da convivência familiar. O direito, que antes observava as relações familiares do ponto de vista apenas patrimonialista teve esse paradigma quebrado, agora priorizando o afeto como traço caracterizador das relações familiares. Diante disso, cabe aos aplicadores do direito no cotidiano aplicarem tal premissa, como vimos acima.

### 2.2.5 Princípio da igualdade entre os filhos

Este princípio decorre do princípio da isonomia que está no artigo 5º., caput da nossa Constituição, por meio do qual todos devem ser considerados iguais perante a lei, sem que haja qualquer tipo de distinção. O princípio da igualdade entre os filhos mais especificamente, encontra respaldo no artigo 227, §6º. da CRFB/88, trazendo que “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Igualmente, a legislação infraconstitucional, reitera a mesma proteção, reproduzindo o citado artigo da Constituição no artigo 1.596 do Código Civil. Esta proteção atinge os filhos socioafetivos, tratados neste

---

<sup>12</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1026981**. Dje. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1026981&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=3>>. Acesso em: 07 maio 2018.

trabalho, de modo que os mesmos não podem sofrer discriminação, quer seja em relação ao tratamento deferido a eles, ou em questões patrimoniais.

### **2.2.6 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**

O princípio em questão busca proteger o pleno desenvolvimento daqueles que se encontram em posição de fragilidade e que ainda não possuem o amadurecimento necessário para ter discernimento por si só. Por não ter uma definição rígida, este princípio deve ter a aplicação ponderada no caso concreto, sempre levando em consideração que a proteção que rege a criança e o adolescente é integral, onde deve prevalecer as melhores condições para a criança e o adolescente mesmo que não coincida com a vontade dos pais. Por conta da sua característica de vulnerabilidade, não só merece atenção e proteção da sua família, mas também um zelo especial por parte do Estado.

Para regular essa especial atenção, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera como criança aqueles abaixo dos doze anos de idade, e adolescente os que estejam entre os doze e dezoito anos. No artigo 3º. desse regramento é conferida à criança e ao adolescente o gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem que haja prejuízo da proteção integral, devendo ser assegurada por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para que ocorra o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

## **2.3 CONCEITO DE FAMÍLIA E SEU NOVO FORMATO DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Antigamente, na época das civilizações assíria, grega e romana, tínhamos que a família era uma instituição ampla, onde havia hierarquia baseada na autoridade do *pater familias*. Os romanos pautavam a família na afeição, tanto que a falta desta ou de convivência poderia ensejar a dissolução da união. Conforme o direito canônico permeou o romano, essa noção foi se degradando, uma vez que a Igreja rechaçava a dissolução do vínculo matrimonial.

A família costumava ser vista precipuamente através de uma visão patriarcal, onde o único tipo de família que era digna da proteção do Estado seria a formada através de homem e mulher e por meio do casamento. Esta visão começou a mudar a partir da Revolução Industrial, quando as mulheres começaram a trabalhar e adquirir independência financeira e

consequentemente nas outras áreas de suas vidas. A conjuntura acabou desencadeando diversas consequências. A maior liberdade conquistada pela mulher fez com que a família alterasse suas características, situação esta que vem se intensificando com o passar o tempo.

A Revolução Industrial também trouxe a necessidade de afastar o religioso das relações negociais e uma menor intervenção estatal nas políticas econômicas. O empenho em propiciar uma maior liberdade para o comércio acabou por afetar consequentemente a ciência do direito, uma vez que influenciada diretamente pelo direito canônico precisou rever conceitos em busca por uma nova identidade mais compatível com a sociedade.

O conceito de família ainda está em constante transformação, com o intuito de ampliá-lo. A partir da Constituição Federal de 1988, temos a expansão do conceito de família e o reconhecimento de suas novas feições, ocorrendo a afirmação de direitos e relevância perante a sociedade. A incorporação do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil tornou imprescindível a sua observância durante a aplicação e interpretação de todo ordenamento jurídico. Sendo assim, Maria Berenice Dias, ressalta a importância deste princípio na mudança constitucional que o instituto da família sofreu:

O princípio da dignidade da pessoa humana significa, em última análise, igual dignidade para todas as entidades familiares. Assim, é indigno dar tratamento diferenciado às várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família, com o que se consegue visualizar a dimensão do espectro deste princípio, que tem contornos cada vez mais amplos.<sup>13</sup>

Sob a égide deste princípio tivemos algumas mudanças dentro da noção de família por exemplo, o reconhecimento como família daquela formada só por um dos pais, a chamada família monoparental, consagrada no §4º. do artigo 226, da CF/88, ou até mesmo sem nenhum deles, sendo a família anaparental.<sup>14</sup> De toda maneira, família pode ser assim definida atualmente como “um núcleo existencial integrado por pessoas unidas por um vínculo

---

<sup>13</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 45

<sup>14</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4a. Ed., rev., atual., e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 41.

socioafetivo, teleologicamente vocacionada a permitir a realização plena de seus integrantes”.<sup>15</sup>

Por meio da consagração da afetividade não só pelo ordenamento jurídico mas também pela doutrina e jurisprudência pátria temos o reconhecimento e inclusão de diferentes tipos de parentesco tradicionais, que conforme classificação elencada por Maria Helena Diniz, seriam: consanguíneo ou natural, por afinidade, e civil. O parentesco consanguíneo seria aquele pelo qual as pessoas estariam ligadas através de laços sanguíneos, sendo assim, um tipo de parentesco biológico. O parentesco por afinidade se consubstancia como sendo aquele existente entre o cônjuge/companheiro e os parentes do seu cônjuge/companheiro, sendo importante ressaltar que não há relação de parentesco entre os cônjuges, mas apenas entre cada um separadamente com os parentes do outro. Por fim, há o parentesco civil, que seria o que é gerado por outras relações sem ser as explicitadas anteriormente, como por exemplo, a adoção.

Porém, o Código Civil em seu artigo 1.593 traz que o parentesco se constitui de maneira natural ou civil, conforme possa resultar da consanguinidade ou outra origem. Dessa maneira, temos que de acordo com a tendência de valorização dos vínculos afetivos e avanços tecnológicos, haverá o reconhecimento de outras formas de parentesco, como aquele formado através de métodos de reprodução assistida e o parentesco socioafetivo. Para Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf, a afetividade seria

[...] a relação de carinho e cuidado que se tem com alguém íntimo ou querido, como um estado psicológico que permite ao ser humano demonstrar seus sentimentos e emoções a outrem, sendo, também, considerado como o laço criado entre os homens, que mesmo sem características sexuais, continua a ter uma parte de amizade mais aprofundada.<sup>16</sup>

O direito não deve ignorar a realidade, mas acompanhá-la. A constituição da família não pode pautar-se apenas na formalidade, mas também no afeto para que cumpra o seu papel de ser um núcleo saudável e propício para o pleno desenvolvimento de seus componentes. Com os novos modelos de família, também foram reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro atuais outros tipos de filiação, como a decorrente do vínculo socioafetivo.

---

<sup>15</sup> STOLZE, Pablo. FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva 2011. v. VI. Direito de Família. p.45.

<sup>16</sup> MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. As Relações de Parentesco na Contemporaneidade: prevalência entre a parentalidade socioafetiva ou biológica. Melhor interesse dos filhos. Descabimento ou reconhecimento de multiparentalidade. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, Porto Alegre, Editora Magister/IASP, n. 1, p. 123- 143, julho – agosto, 2014.

## 2.4 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Em decisão de repercussão geral, onde o Supremo Tribunal Federal<sup>17</sup> reconheceu a igualdade entre a paternidade afetiva e a biológica, assim como a possibilidade de multiparentalidade com vínculo concomitante, tivemos consequentemente o reconhecimento da filiação socioafetiva, sendo esta formada através do vínculo afetivo, protegida de qualquer tipo de discriminação e com os efeitos jurídicos próprios inerentes. A tese de repercussão geral fixada *ipsis litteris* é a de que “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”. Construída através do julgamento do Recurso Extraordinário 898060, reproduzido abaixo:

A família, à luz dos preceitos constitucionais introduzidos pela Carta de 1988, apartou-se definitivamente da vetusta distinção entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos que informava o sistema do Código Civil de 1916, cujo paradigma em matéria de filiação, por adotar presunção baseada na centralidade do casamento, desconsiderava tanto o critério biológico quanto o afetivo. A família, objeto do deslocamento do eixo central de seu regramento normativo para o plano constitucional, reclama a reformulação do tratamento jurídico dos vínculos parentais à luz do sobreprincípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB) e da busca da felicidade. 4. A dignidade humana compreende o ser humano como um ser intelectual e moral, capaz de determinar-se e desenvolver-se em liberdade, de modo que a eleição individual dos próprios objetivos de vida tem preferência absoluta em relação a eventuais formulações legais definidoras de modelos preconcebidos, destinados a resultados eleitos a priori pelo legislador. Jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão (BVerfGE 45, 187). 5. A superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias construídas pelas relações afetivas interpessoais dos próprios indivíduos é corolário do sobreprincípio da dignidade humana. 6. O direito à busca da felicidade, implícito ao art. 1º, III, da Constituição, ao tempo que eleva o indivíduo à centralidade do ordenamento jurídico-político, reconhece as suas capacidades de autodeterminação, autossuficiência e liberdade de escolha dos próprios objetivos, proibindo que o governo se imiscua nos meios eleitos pelos cidadãos para a persecução das vontades particulares. [...] 7. O indivíduo jamais pode ser reduzido a mero instrumento de consecução das vontades dos governantes, por isso que o direito à busca da felicidade protege o ser humano em face de tentativas do Estado de enquadrar a sua realidade familiar em modelos pré-concebidos pela lei. 8. A Constituição de 1988, em caráter meramente exemplificativo, reconhece como legítimos modelos de família independentes do casamento, como a união estável (art.

---

<sup>17</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 898060**. Dje. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4803092>>. Acesso em: 13 jul. 2018, publicado no seu Informativo n. 840.

226, § 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, cognominada “família monoparental” (art. 226, § 4º), além de enfatizar que espécies de filiação dissociadas do matrimônio entre os pais merecem equivalente tutela diante da lei, sendo vedada discriminação e, portanto, qualquer tipo de hierarquia entre elas (art. 227, § 6º). [...] 10. A compreensão jurídica cosmopolita das famílias exige a ampliação da tutela normativa a todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar, a saber: (i) pela presunção decorrente do casamento ou outras hipóteses legais, (ii) pela descendência biológica ou (iii) pela afetividade. 11. A evolução científica responsável pela popularização do exame de DNA conduziu ao reforço de importância do critério biológico, tanto para fins de filiação quanto para concretizar o direito fundamental à busca da identidade genética, como natural emanção do direito de personalidade de um ser. 12. A afetividade enquanto critério, por sua vez, gozava de aplicação por doutrina e jurisprudência desde o Código Civil de 1916 para evitar situações de extrema injustiça, reconhecendo-se a posse do estado de filho, e consequentemente o vínculo parental, em favor daquele utilizasse o nome da família (nominatio), fosse tratado como filho pelo pai (tractatio) e gozasse do reconhecimento da sua condição de descendente pela comunidade (reputatio). 13. A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos. 14. A pluriparentalidade, no Direito Comparado, pode ser exemplificada pelo conceito de “dupla paternidade” (dual paternity), construído pela Suprema Corte do Estado da Louisiana, EUA, desde a década de 1980 para atender, ao mesmo tempo, ao melhor interesse da criança e ao direito do genitor à declaração da paternidade. Doutrina. 15. Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, não podem restar ao desabrigo da proteção a situações de pluriparentalidade, por isso que merecem tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, a fim de prover a mais completa e adequada tutela aos sujeitos envolvidos, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da paternidade responsável (art. 226, § 7º).

Para melhor descrever esta relação temos a seguinte definição do que seria pai, e consequentemente do vínculo pautado na socioafetividade:

Quem acolhe, protege, educa, orienta, repreende, veste, alimenta, quem ama e cria uma criança, é pai. O “pai de criação” tem posse de estado com relação a seu “filho de criação”. Há nesta relação uma realidade sociológica e afetiva que o direito tem de enxergar socorrer. O que cria, o que fica no lugar do pai, tem direitos e deveres para com a criança, observado o que for melhor para os interesses desta.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> VELOSO, Z. **Direito brasileiro da filiação e paternidade**. São Paulo: Malheiros, 1997.p.215

Posse de estado é desfrutar de uma condição jurídica quando a mesma não condiz com a verdade dos fatos. Na relação de filiação socioafetiva temos a posse de estado do filho, todavia o estado de filiação não seria verdadeiro uma vez que não existe vínculo de consanguinidade ou civil (adoção) por meio da qual essa relação possa ser considerada legítima. Entretanto, a legitimidade decorre da aparência e já foi reconhecida pela jurisprudência, doutrina e a sociedade como um todo.

Para que haja o efetivo reconhecimento da filiação há a necessidade do enquadramento em alguns requisitos, sendo eles: o *tractatus*, *nominatio* e *reputatio*.<sup>19</sup> O *tractatus* seria como o filho é tratado como tal pelos pais e também apresentado como sendo filho. O *nominatio* seria a face na qual o filho usa o nome da família e se apresenta como sendo participante desta. Por fim, o *reputatio* é o reconhecimento da sociedade que aquele indivíduo pertence a determinada família. Não há a necessidade de preenchimento de todos os atributos, e caso haja dúvida, haverá a presunção da filiação para que ocorra o benefício do filho.

A filiação socioafetiva pauta-se predominantemente no requisito reputatio, por meio da qual haverá o reconhecimento da posse de estado do filho através da aparência baseada nos laços advindo do afeto. “Ser pai ou mãe não está tanto no fato de gerar quanto na circunstância de amar e servir”<sup>20</sup>. É mister salutar a importância do afeto uma vez que devido a isto foi consagrado como sendo princípio norteador das relações familiares e possui elevado valor quando da averiguação dos requisitos para o reconhecimento da filiação socioafetiva. Um elemento também importante quando do reconhecimento é o tempo de convivência, posto que o afeto se desenvolve paulatinamente. Não há necessariamente uma duração predeterminada como critério para que haja o reconhecimento, é uma situação que depende da casuística e que cabe análise, conforme demonstrado através da jurisprudência<sup>21</sup> a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA. Desconstituição da filiação pela nulidade do assento de nascimento. Reconhecimento espontâneo e consciente da paternidade. Vício de consentimento inexistente. Realização

<sup>19</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

<sup>20</sup> VILLELA, João Baptista. **Desbiologização da paternidade**. Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, ano XXVII, n. 21 (nova fase), maio 1979. Disponível em <http://www.ibdfam.com.br/public/artigos.aspx?codigo=150>. Acesso em 21 agosto de 2018. p. 408

<sup>21</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação nº 2011.005050-4**. Santa Catarina, . Disponível em: <[http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado\\_ancora](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora)>. Acesso em: 23 ago. 2018. DJSC 10.05.2011; P.433.



de teste de paternidade por análise de DNA. Exclusão da paternidade biológica. Irrelevância. **Existência de sólido vínculo afetivo por mais de 23 anos** (grifo nosso). Filiação socioafetiva demonstrada. Desconstituição da paternidade vedada. Recurso parcialmente provido. É irrevogável e irretratável a paternidade espontaneamente reconhecida por aquele que tinha plena consciência de que poderia não ser o pai biológico da criança, mormente quando não comprova, estreme de dúvidas, vício de consentimento capaz de macular a vontade no momento da lavratura do assento de nascimento. A filiação socioafetiva, fundada na posse do estado de filho e consolidada no afeto e na convivência familiar, prevalece sobre a verdade biológica.

No caso relatado acima temos que o Tribunal considerou que vinte e três anos de convivência foram o suficiente para que se estabelecesse a relação de socioafetividade entre os envolvidos. Porém, nem sempre será necessário decorrer todo esse tempo, ou por vezes, ainda com mais tempo pode ocorrer de não haver o desenvolvimento da relação socioafetiva. A criação de um vínculo sólido entre as pessoas numa relação de filiação será mais um indicativo observado quando do reconhecimento da filiação socioafetiva. Um sinal da existência desse vínculo será a guarda que o genitor terá sobre o filho. Porém é importante diferir situações onde ocorre somente a guarda sem o desenvolvimento do laço afetivo, o que acarretará o não reconhecimento do vínculo parental consubstanciado na socioafetividade posto que carece do afeto inerente a essas relações e também do vínculo sólido entre os envolvidos que decorre daquele.

Uma vez reconhecido a filiação socioafetiva, a mesma se torna irretratável, posto que não é um direito que nos é permitido dispor, não havendo nem mesmo a necessidade de consenso entre as partes para o reconhecimento, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial. Temos o enunciado 339 do Conselho de Justiça Federal que preceitua que “A paternidade socioafetiva, calcada na vontade livre, não pode ser rompida em detrimento do melhor interesse do filho”<sup>22</sup>, que ratifica o posicionamento exarado acima.

### **3 O ATUAL POSICIONAMENTO PÁTRIO DO RECONHECIMENTO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA**

O direito é o ramo da ciência que se dispõe a desenvolver e aprimorar normas para facilitar a convivência em sociedade. Todavia, as normas são criadas após a ocorrência do fato para gerenciar uma situação que já ocorreu e para evitar que as consequências negativas da mesma se repitam. Sendo assim, por muitos anos não era permitido o reconhecimento do

<sup>22</sup> BRASIL. **Enunciado nº 339**, de 2006. Brasília, Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/369>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

vínculo de filiação afetiva perante a sociedade, quer seja de forma judicial ou extrajudicial. Neste capítulo veremos o procedimento atual que deve ser seguido para que o reconhecimento seja válido e possa gerar os efeitos a ele inerentes, assim como analisar algumas situações que possam gerar dúvidas acerca da possibilidade do reconhecimento.

### **3.1 VIABILIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO PARENTAL**

#### **3.1.1 Procedimento habitual**

O Código Civil<sup>23</sup> traz em seu artigo 1.597 disposições acerca da presunção da parentalidade estabelecendo critérios jurídicos. Há ainda o critério biológico, sendo aquele onde há compartilhamento de DNA, prezando-se a compatibilidade genética. Ainda, há o critério socioafetivo, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana e no melhor interesse da criança que é conferido o vínculo a partir do estabelecimento de uma relação baseada no afeto e no exercício da função de pai e mãe.

Há a máxima advinda do direito romano onde a mãe sempre é certa, uma vez que há indícios físicos visíveis demonstrados por meio da gravidez e do parto. Temos a materialização desses indícios e da presunção da paternidade através da Declaração de Nascido Vivo, documento de identidade provisório, criado através da Lei 12.662/12.<sup>24</sup> É válido até o registro da criança em registro público. É importante ressaltar que de forma alguma a Declaração de Nascido Vivo substitui o registro de nascimento, que é obrigatório e gratuito, mas é significativo no sentido de colher informações daquele recém nascido.

Com a Declaração de Nascido Vivo em mãos, deve-se levá-la a um Cartório de Registro Civil. Os pais tem o direito de fazer o registro conforme o local de nascimento da criança ou de sua residência. O registro deverá ser feito por: pai, mãe, parente mais próximo, administradores do hospital onde nasceu a criança, médicos e parteiras que assistiram o parto, pessoa idônea da casa onde ocorreu o nascimento, encarregados da guarda da criança. Só sendo permitido ao próximo legitimado registrar caso o anterior não tenha condições de exercer o direito.

Uma importante característica do registro de nascimento é que se os pais forem casados, devem levar ao cartório além de outros documentos, a certidão de casamento e

---

<sup>23</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>.

<sup>24</sup> BRASIL. Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12662.htm)>.

estarem na companhia de dois adultos maiores de 21 anos. Caso não sejam casados, o pai só constará do registro civil da criança se autorizar por escrito ou declarar o vínculo de paternidade.

### **3.2 RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA**

Para que haja o reconhecimento da filiação socioafetiva, há a necessidade do preenchimento dos requisitos explanados no primeiro capítulo deste trabalho. O procedimento escolhido para o reconhecimento perante o Estado, pode ser judicial ou extrajudicial, conforme veremos a seguir.

#### **3.2.1. Extrajudicial**

A maneira mais adequada para o reconhecimento da filiação, quer seja socioafetiva ou não, é mediante a inscrição no registro de nascimento da criança. Partindo do princípio da igualdade entre os filhos, temos que no que tange as relações de filiação socioafetivas, a voluntariedade em reconhecer esse laço pode ser exposta através do registro de nascimento da criança, testamento, declaração expressa diante de um magistrado, escrito público ou particular, conforme dispõe o artigo 1.609 do Código Civil.<sup>25</sup>

O reconhecimento extrajudicial através dos instrumentos acima citados poderá ser feito antes mesmo do nascimento do filho, ou após o seu falecimento caso dele hajam descendentes. É importante ressaltar que não terão eficácia termos ou condições interpostas para que haja o reconhecimento do vínculo de filiação, bem como a impossibilidade de revogação do reconhecimento. Outra informação importante é a necessidade do consentimento para que haja o reconhecimento do vínculo para com o filho maior, enquanto que o filho menor poderá contestar o reconhecimento nos quatro anos posteriores à sua maioridade ou emancipação. Também, é cabível a qualquer pessoa que possua interesse demonstrado refutar o reconhecimento desse vínculo na ação de investigação de paternidade ou maternidade.

Quando feita através de escritura pública é importante que abarque alguns pontos como: os documentos, sendo eles, o documento de identidade dos interessados, certidão de nascimento do filho, certidão de casamento se houver, certidão negativa de trâmite de ação

---

<sup>25</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>.

judicial; indicação do nome que a criança passará a utilizar; fundamentação para que ocorra o reconhecimento do vínculo de filiação socioafetiva; a descrição de como ocorreu a formação desse vínculo; autorização expressa para que haja a retificação no registro tendo como base o exposto na escritura; o consentimento da mãe e do filho, no caso dele ser menor; disposições finais onde restará declarado algumas informações necessárias ao conhecimento das partes; e, por fim, a declaração das partes onde afirma que não há em tramitação ação judicial acerca do reconhecimento daquela filiação socioafetiva, bem como que estão de acordo com o que está disposto na escritura.

O Estado de Pernambuco foi o pioneiro no reconhecimento do vínculo de filiação socioafetiva através do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, onde por meio do Provimento 009/2013 o Desembargador Jones Figueirêdo Alves, Corregedor- Geral de Justiça à época, autorizou o reconhecimento espontâneo da filiação nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais nos casos em que a pessoa estiver sem paternidade registral.<sup>26</sup> Após o Estado de Pernambuco tivemos a edição de provimentos autorizadores semelhantes por estados como o do Maranhão, Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul.

Os documentos necessários para o assentamento são: de identificação com foto e certidão de nascimento do filho, podendo ser o documento original ou cópia. Para que haja o reconhecimento, o responsável pelo ato no Cartório, que deverá ser aquele onde o filho já está registrado, necessitará averiguar a veracidade dos documentos acima mencionados, bem como de sua assinatura, conforme descrito em termo anexo ao próprio provimento. O Oficial deverá manter cópia do termo assinado pelo interessado, bem como de seus documentos. Algumas outras informações deverão constar no termo, como os dados da mãe e do filho, cabendo a autorização da mãe mediante assinatura caso o filho a ser reconhecido seja menor, já se for maior, deverá o mesmo consentir através de assinatura presencialmente no Oficial de Registro de Pessoas Naturais. Em casos onde não haja como verificar a anuência da mãe ou do filho menor, caberá ao magistrado competente averiguar a situação. Também será remetido a juiz competente quando o Oficial responsável pelo ato suspeitar de fraude, falsidade, ou má-fé, deixando de realizar o determinado ato e remetendo os motivos pelos quais se absteve de praticá-lo.

Quando ocorrer o efetivo reconhecimento da filiação socioafetiva, caberá ao Oficial fazer a averbação no Registro de Nascimento, sem que haja a necessidade do pronunciamento

---

<sup>26</sup> BRASIL. **Provimento nº 009/2013**, de 02 de dezembro de 2013. . Recife, Disponível em: <[http://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/normasinternas/2013//asset\\_publisher/uvh3LVt7WWTo/document/id/1103248](http://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/normasinternas/2013//asset_publisher/uvh3LVt7WWTo/document/id/1103248)>. Acesso em: 23 set. 2018.

do Ministério Público ou qualquer outra decisão judicial. É mister salutar a possibilidade de pleitear em via judicial a discussão biológica da filiação mesmo após feito o reconhecimento via extrajudicial. Todavia, o trâmite descrito no provimento não poderá ser utilizado caso já haja a discussão judicial acerca do reconhecimento da paternidade, devendo o interessado no reconhecimento judicial indicar a inexistência de tal lide ao final do termo.

Uma importante questão a se averiguar é o caso onde há a filiação biológica no registro de nascimento da criança, e por outro lado há a voluntariedade do reconhecimento da filiação socioafetiva também. Diante do cenário atual, temos desde novembro de 2017 a regulamentação da situação pelo provimento 63 do Conselho Nacional de Justiça. Dessa maneira, foi viabilizada a ocorrência da multiparentalidade, ou seja, que no registro de nascimento da criança haja simultaneamente o nome do(s) pai(s) biológico(s) e do(s) pai(s) socioafetivo(s).

Em julgado do nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, em sede de Apelação 0062601-74.2014.815.2011<sup>27</sup>, tivemos a situação onde os pais que já constavam no registro de nascimento da criança, de nomes Thyara e Lindinaldo, sendo este último pai socioafetivo do menor, não concordaram com a sentença que deferiu a inclusão no registro de nascimento do menor o vínculo parental com seu pai biológico, já falecido. A ação fora promovida por seus avós biológicos paternos e diante de variados outros argumentos utilizados para manter a decisão de primeiro grau, foi demonstrado através do entendimento do Superior Tribunal Federal por meio do Recurso Extraordinário no. 898060-SP dotado de repercussão geral que:

Em respeito ao direito fundamental à busca da identidade genética e aos princípios da dignidade humana e da prevalência do interesse do menor, é possível a coexistência das paternidades socioafetiva registral e biológica, podendo, em razão disso, constar dupla parentalidade no registro de nascimento.

Diante do exposto, temos a possibilidade de haver a dupla parentalidade no registro de nascimento.

### 3.2.2 Judicial

---

<sup>27</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 0062601-74.2014.815.2011**. Diário da Justiça. Paraíba, . Disponível em: <<http://tjpb-jurisprudencia-dje.tjpb.jus.br/dje/2017/9/18/837282a1-d319-4f77-ab74-fb3b6fd924e8.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

Inicialmente temos que a ação utilizada para o pleito do reconhecimento da filiação afetiva é a ação declaratória de reconhecimento de filiação socioafetiva. Esta, constitui-se como sendo o instrumento por meio do qual busca-se declarar a existência ou inexistência de um vínculo jurídico, não tendo prazo prescricional, extintivo ou qualquer outro que vise delimitar o exercício do direito fundamental pleiteado. Dessa maneira, caso haja a opção por outra ação, o magistrado deverá se valer do princípio da fungibilidade com o intuito de não cercear o direito do constituinte. Como podemos perceber através da jurisprudência abaixo:

Trata-se de Ação Declaratória de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva, buscando o autor a declaração “da posse do estado de filho” de T.S e O.A.P., já falecido, com base na chamada “filiação socioafetiva”, isto é, relação paterno-filial, com a consequente inclusão do nome dos pais socioafetivos em seu registro de nascimento. De início, vale ressaltar que a presente ação representa verdadeira “investigação de paternidade”, uma vez que não consta no registro de nascimento do autor o nome dos pais biológicos (vide documento de f.14). A sentença, portanto, in casu, tem natureza declaratória, acertando uma relação jurídica até então existente apenas no plano fático, produzindo efeito erga omnes.<sup>28</sup>

Conforme o artigo 1.606 do Código Civil, temos a definição da legitimidade para a propositura da ação como sendo personalíssima, uma vez que apenas o filho poderá propô-la, todavia, observa-se que em caso de morte esse direito poderá ser pleiteado por seus herdeiros caso o falecido seja menor ou incapaz. Também, caso a ação já tenha sido iniciada pelo filho, os herdeiros poderão continuá-la. O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou acerca da legitimidade para buscar em juízo o reconhecimento do vínculo da filiação socioafetiva. O entendimento da Corte acompanha a regulamentação do Código Civil, afirmando que a Ação Declaratória de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva é personalíssima.

A ministra Relatora do Recurso Especial 450.566 julgado em 2011<sup>29</sup>, justificou seu posicionamento alegando que a filiação é amparada pela tutela da personalidade humana, sendo um elemento essencial na formação da identidade do ser humano. Assim sendo, caberia somente a este o direito de pleitear o seu direito. Todavia, o mesmo Tribunal já firmou entendimento onde permite a propositura da ação pelo pai. Ressalta-se que nessa situação fora permitido vislumbrando-se o princípio do melhor interesse da criança. Conforme demonstrado abaixo:

---

<sup>28</sup> Sentença proferida na Comarca de Belo Horizonte- MG, em 02/03/2010, pelo juiz Amauri Pinto Ferreira, nos autos da Ação Declaratória de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva. Processo no. 0024. 08.166633-1.

<sup>29</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 450566**. Brasília, 03 de maio de 2011. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19087670/recurso-especial-resp-450566-rs-2002-0092020-3/inteiro-teor-19087671>>.

Direito Civil. Família. Criança e adolescente. Adoção. Pedido preparatório de destituição do poder familiar formulado pelo padrasto em face do pai biológico. Legítimo interesse. Famílias recompostas. Melhor interesse da criança. O procedimento para perda do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou por pessoa dotada de legítimo interesse, que se caracteriza por uma estreita relação entre o interesse pessoal do sujeito ativo e o bem estar da criança. O pedido de adoção, formulado nesse processo, funda-se no artigo 41, §1o. , do ECA, em que um dos cônjuges pretende adotar o filho do outro, o que permite ao padrasto invocar o legítimo interesse para a destituição do poder familiar do pai biológico, arvorado na convivência familiar, ligada, essencialmente, à paternidade social, ou seja, à socioafetividade, que representa, conforme ensina Tânia da Silva Pereira, um convívio de carinho e participação no desenvolvimento e formação da criança, sem a concorrência do vínculo biológico. O alicerce, portanto, do pedido de adoção reside no estabelecimento de relação afetiva mantida entre o padrasto e a criança, em decorrência de ter formado verdadeira entidade familiar com a mulher e a adotanda, atualmente composta também por filha comum do casal [...] <sup>30</sup>

Diante do exposto, é mister salutar que quando ocorre o inverso, no caso da destituição do vínculo parental por parte do pai biológico, não é cabível a legitimidade para o mesmo, uma vez que viria a prejudicar a criança ou adolescente e seria contra o princípio do melhor interesse da criança.

Outro ponto interessante para abordar, além da legitimidade seria a necessidade de consentimento mútuo para o reconhecimento da filiação socioafetiva. Ora, esta relação é baseada precipuamente no princípio da afetividade, que como já explanado anteriormente, é por meio do afeto que ocorre a união da família para que de forma conjunta possam buscar a formação e desenvolvimento sadio de suas personalidades em um ambiente no qual se sintam confortáveis e não simplesmente imposto pela legislação. Sendo assim, caso não exista, ou deixe de existir esse vínculo afetivo, não há sentido de valer-se do instrumento da filiação socioafetiva para fins apenas patrimoniais, por exemplo, desvirtuando-lhe o propósito.

Como a maioria das questões em direito de família, o reconhecimento da filiação socioafetiva quando não há o consentimento de ambas as partes envolvidas deve ser analisado casuisticamente. Como exemplo, temos o caso do processo no. 0000237-68.2013.815.0201 da Comarca de Ingá-PB<sup>31</sup> que teve sentença proferida por meio da Apelação em 15/02/2018. No caso em questão, o adolescente fora concebido durante a constância do casamento de sua genitora, com seu pai, e registrado como sendo filho de ambos. Após o desfazimento do

<sup>30</sup> STJ- Resp: 1106637 SP 2008/0260892, Relator: Ministra Nancy Andrigli, Data do Julgamento: 01/06/2010. Terceira Turma. DJE: 01/07/2010.

<sup>31</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 0000237-68.2013.815.0201**. Dje. Paraíba, . Disponível em: <<http://tjpb-jurisprudencia-dje.tjpb.jus.br/dje/2018/2/19/1777fef9-d918-4846-ae9d710d8336.pdf>>.

vínculo matrimonial, tendo passado mais de quinze anos, o pai ingressou com ação de negatória de paternidade e posteriormente a realização de exames de DNA foi constatado que o mesmo não possuía vínculo biológico com o adolescente.

Contudo, diante da análise probatória, a juíza de primeiro grau negou deferimento ao pedido do autor uma vez que fora averiguada a filiação socioafetiva do adolescente para com o ex cônjuge de sua genitora. Este era a única imagem paterna que o adolescente tinha, e não desejava desvincular-se dela. A apelação também foi indeferida uma vez que o relator asseverou que após a constituição do vínculo socioafetivo, ainda mais nesse caso de duração de quinze anos, o mesmo não pode desconstituir-se por alegação de nenhuma das partes, dado que fora registrado voluntariamente como se filho fosse. Pela atual legislação pátria temos que o registro é ato irrevogável, sendo afastado apenas quando comprovado o vício de vontade, por meio de comprovação probatória que cabe a quem aproveitará a anulação. Isto não ocorreu nos autos em questão, sendo negado provimento ao apelo e permanecendo o vínculo de filiação.

Quanto a forma do reconhecimento poder ocorrer de maneira incidental ou apenas autônoma através da Ação Declaratória de Reconhecimento da Filiação Socioafetiva, temos que conforme o artigo 1.609, IV do Código Civil<sup>32</sup> o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento será feito através de manifestação direta e expressa diante do juiz, mesmo que o reconhecimento não seja o objeto principal daquela lide. Ou seja, o nosso ordenamento jurídico autoriza o reconhecimento incidental do vínculo de filiação afetiva em processos cujo o intuito maior não seja sua averiguação. Todavia, é interessante ressaltar que o pedido de averbação da filiação no Registro Civil da pessoa não deve ser decretado de ofício pelo juiz, mas feito à pedido da parte interessada, sendo esta o filho, o pai ou a mãe, não se permitindo que um terceiro venha requerer. Para ilustrar a possibilidade de reconhecimento por via incidental da filiação socioafetiva, temos a Ação Cautelar no. 2891 PI:

DECISÃO: MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. REQUERIMENTO DE LIMINAR PARA ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INELEGIBILIDADE. ART 14, §7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO ÀS HIPÓTESES DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DA REGRA CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO REPUBLICANO. DESEQUILÍBRIO NAS ELEIÇÕES. PROJEÇÃO DA IMAGEM DO TITULAR DO CARGO SOBRE A CANDIDATURA DE PESSOA VINCULADA AO NÚCLEO FAMILIAR. RISCO DE CRIAÇÃO DE

---

<sup>32</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>.



OLIGARQUIAS LOCAIS. IRRELEVÂNCIA DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO FORMAL. ADOÇÃO DE FATO COM REPERCUSSÃO SOCIAL. INEXISTÊNCIA DE RELEVÂNCIA NA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA. PRESENÇA DE PERICULUM IN MORA INVERSO EM RAZÃO DA POSSE DE NOVA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. LIMINAR INDEFERIDA.<sup>33</sup>

Na ação acima tivemos a situação onde foi utilizado o argumento da igualdade entre os filhos biológicos ou adotivos e os provenientes de vínculo socioafetivo para fins de inelegibilidade, prevista no §7º. do artigo 14 da Constituição Federal. Tal reconhecimento se deu de maneira incidental uma vez que foi oportunizado quando da discussão de outra questão, ora o desequilíbrio gerado no pleito eleitoral devido à vantagem auferida ao candidato pela ligação de sua imagem para com a imagem do pai socioafetivo que possuía prestígio eleitoral, e não fora intentada uma ação com o intuito próprio de reconhecer a filiação. Para que haja o reconhecimento efetivo através da averbação no Registro Civil, há a necessidade de requerimento por parte da pessoa interessada, conforme exposto acima. Assim como a situação exposta pela jurisprudência comentada, temos no cotidiano diversas situações que geram dúvidas acerca do procedimento e possibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva, como será esclarecido a seguir.

### 3.2.3 Situações de reconhecimento da filiação socioafetiva

#### 3.2.3.1. Reconhecimento *post mortem*

O ordenamento jurídico pátrio traz a possibilidade para que ocorra a adoção *post mortem* no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 42, §6º., onde abarca a situação na qual se por ventura o adotante, após manifestar de maneira expressa a vontade daquele ato, venha a falecer no curso do processo. Conforme esse entendimento já exarado, temos o Informativo no. 581 do STJ<sup>34</sup> que reconhece a possibilidade do reconhecimento do vínculo socioafetivo *post mortem*: “será possível o reconhecimento da paternidade socioafetiva após a morte de quem se pretende reconhecer como pai”.

Para melhor exemplificar, temos o julgado do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba onde a decisão de primeiro grau proferida pela Excelentíssima Juíza Titular da 5ª. Vara da Família da Capital, Agamenilde Dias, pugnou pela improcedência do pedido de

<sup>33</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Cautelar nº 2891**. Dje. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22934829/medida-cautelar-naaocaautelarac2891-pi-stf?ref=serp>>.

<sup>34</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo nº 581**, de 28 de abril de 2016. . Brasília, Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270581%27](http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270581%27>)>.

reconhecimento *post mortem* do vínculo de filiação afetiva fundamentando a decisão na ausência de possibilidade jurídica do pedido sobre o argumento de que em nosso ordenamento jurídico não haveria a possibilidade de que fosse reconhecido o vínculo nesse caso. Todavia, a decisão foi apelada e de forma unânime, os juízes do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba chegaram a sentença exposta abaixo:<sup>35</sup>

“In casu”, o Autor pretende ser reconhecido como filho socioafetivo do Sr. Diógenes de Moraes Martins e da Sra. Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, ambos falecidos. Nessa senda, não obsta o pedido formulado na petição inicial, o fato de os supostos pais já serem falecidos quando do ajuizamento da Demanda, diante da possibilidade de a instrução probatória demonstrar que esse vínculo de filiação se construiu em vida, a despeito de não haver sido oficializado pelos pretensos pais. Ora, se é possível a adoção póstuma, do mesmo modo é possível buscar a parentalidade socioafetiva, mormente, em face da vedação de discriminação entre as distintas modalidades de filiação previstas na Constituição Federal.(...) Ainda a esse respeito, o Superior Tribunal de Justiça já possui consolidada jurisprudência acerca da possibilidade do reconhecimento da paternidade socioafetiva “post mortem”, ou seja, mesmo após a morte do suposto pai socioafetivo. (...) Dessa forma, pode-se perceber que o nosso ordenamento consagra a ideia de que o parentesco civil não advém exclusivamente da origem consanguínea, podendo surgir da socioafetividade. Assim, inexistindo óbice na legislação pátria, é, portanto, plenamente possível o pedido formulado na petição inicial.

Dessa maneira, podemos observar que é possível o reconhecimento *post mortem* da filiação socioafetiva. Sendo assim, algumas normas irão esclarecer como o mesmo deverá ocorrer. Uma delas seria a descrita no artigo 110 do Código de Processo Civil que dispõe acerca da desnecessidade da inclusão do espólio do falecido no polo passivo da demanda, uma vez que quando falecida a parte, os seus sucessores o substituirão na demanda.

Uma outra forma onde podemos observar o reconhecimento da filiação socioafetiva é através da adoção póstuma. A adoção possui normatização própria, todavia, nessa situação peculiar de *post mortem* vemos que possui algumas características diferentes, como situações onde mesmo sem ter começado o processo de adoção quando o falecido estava em vida, se tornar viável que a mesma ocorra baseada nos laços criados através da socioafetividade, como

---

<sup>35</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. **Apelação nº 0000003-16.2016.815.2001**. Dje. Paraíba. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/517584204/andamento-do-processo-n-0000003-1620168152001-apelacao-07-11-2017-do-tjpb>>.

ocorreu na Apelação Cível de no. 70003643145 no Tribunal de Justiça Do Rio Grande do Sul, em 2002. Conforme Cassetari<sup>36</sup>

em veneração à retratação da verdade e do prestígio da paternidade e maternidade, bem como do vínculo afetivo formado há anos, acreditamos ser plenamente possível o reconhecimento *post mortem* da parentalidade socioafetiva, desde que, em vida, tenham existido a relação afetiva e a posse de estado de filho, senão teremos uma ação judicial com cunho meramente patrimonial, o que deve ser repudiado, segundo nosso sentir.

Como toda situação que invoca os laços de afeto provenientes da relação de filiação socioafetiva, há a necessidade de comprovação da formação do vínculo de carinho formado, posto que é a base na qual é firmada a relação. Não devendo o cunho patrimonial ocupar o lugar dele, pois estaria desconfigurando a própria relação. O efeito sucessório é consequência da relação de filiação e não alicerce da mesma.

### 3.2.3.2 Reconhecimento envolvendo adoção à brasileira

A adoção é o ato através do qual há a criação de vínculo de filiação. Para que seja eivado de legitimidade precisa preencher alguns requisitos expressos em lei, tais quais: decisão judicial, consentimento dos pais biológicos, consentimento do adotando caso este possua mais de doze anos de idade, estágio de convivência entre outros que vão sendo acrescentados ou alterados casuisticamente.

A adoção à brasileira ocorre quando não é respeitado o trâmite regular da adoção e registra-se como seu(sua) filho(a) de outrem. Esta prática é considerada crime pelo ordenamento jurídico pátrio e está tipificada no artigo 242 do Código Penal<sup>37</sup>:

Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena.

---

<sup>36</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: afeitos jurídicos**. 3a. Ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017., p.52.

<sup>37</sup> BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 17 out. 2018.

Por ser considerada crime tipificado no Código Penal, temos o entendimento de que por ser um ato ilícito, consequentemente não poderia ser validado para posteriormente ensejar em uma adoção legal. Contudo, com o tempo de convivência há o desenvolvimento do afeto e a criação de vínculo sólido entre os envolvidos nessa relação. A discussão surge quando por alguma razão há o desfazimento do relacionamento entre os adotantes e o que teria ficado com a guarda do adotado decide requerer alimentos e o requerido alega não possuir vínculo biológico com o adotado.

Além da máxima do direito penal de que o indivíduo não pode se valer da sua própria torpeza, temos que o ato de reconhecimento voluntário da parentalidade não pode ser discutido judicialmente uma vez que não tem legitimidade para tanto a menos que tenha sido induzido ao erro quando do registro do adotado acreditando ser este seu filho.

De acordo com notícia veiculada através do site do Superior Tribunal de Justiça, o mais adequado seria permitir a nulidade do registro apenas nos casos em que o vínculo socioafetivo não tenha sido criado. A notícia demonstra a posição do Tribunal de Justiça da Paraíba que em um dos julgados considerou o reconhecimento voluntário da paternidade realizado através do registro de nascimento, mesmo que o pai registral não seja o biológico, culminaria na adoção, sem a possibilidade de anulação do registro de nascimento posteriormente.

Apesar de inicialmente parecer uma conversão da adoção à brasileira em adoção legal, é necessário observar da ótica do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Essa adoção, mesmo que ilícita, gerou efeitos definitivos na vida da adotado e seria melhor para ele continuar sob a guarda, cuidado, convivendo com aquela família e tendo assim a adoção tornada lícita do que se este vínculo fosse desconstituído e lhe fosse negado os efeitos decorrentes desta adoção. O que ocorre no caso é que o direito de quem foi criado como se filho fosse é priorizado em detrimento do ilícito consubstanciado na adoção à brasileira. É o centro da questão da filiação socioafetiva. Seria contraditório ampliar a legalidade das relações de filiações para além do critério biológico e civil e não incluir no critério de socioafetividade a situação acima descrita. Dessa maneira, mesmo sendo a adoção à brasileira crime, os efeitos advindos dela deverão ser respeitados.

### **3.2.3.3 Reconhecimento dos filhos advindos da relação de padrasto e madrasta**

Devido à dinâmica da sociedade temos diferentes tipos de famílias sendo formadas, um exemplo desta situação é a família reconstituída formada através de dois indivíduos que já tiveram relacionamentos posteriores e dos filhos advindos desses relacionamentos. O que acontece muitas vezes é que pelo laço de afeto construído por meio da convivência familiar, os filhos que só tem o vínculo com seu pai/mãe acabam por desenvolver também um vínculo afetivo com seu padrasto/madrasta.

Para que haja o reconhecimento deste vínculo de cunho socioafetivo não há necessidade do abandono por parte do pai/mãe biológico, mas apenas os requisitos já explicados anteriormente para o reconhecimento do vínculo socioafetivo, quais sejam: *tractatus, nominatio e reputatio*. Ocorrerá então o assentamento no registro da criança, onde poderá coexistir a parentalidade biológica e a socioafetiva, ocorrendo a multiparentalidade gerando todos os efeitos a ela inerentes.

#### **3.2.3.4 Reconhecimento dos filhos advindos de fora do casamento**

Pelo Código Civil de 1916 tínhamos o tratamento discriminatório dos filhos havidos fora do casamento. A distinção que tinha como base a origem, denominava os filhos concebidos na constância do casamento como legítimos e os que foram concebidos fora desta como ilegítimos. Da classificação como ilegítimos poderíamos ainda dividir em naturais, sendo aqueles cujos os pais não tinham impedimentos matrimoniais e os espúrios, quando os pais eram impedidos de casar. Como consequência dessa dita ilegitimidade, os filhos havidos fora do casamento não eram reconhecidos legalmente como filhos e decorrente disto, não possuíam os direitos decorrentes do vínculo de filiação.

Entretanto, a Constituição de 1988 trouxe o princípio da igualdade que se estende também para os filhos e dele decorre o princípio da igualdade entre os filhos, este já abordado anteriormente e consagrado no artigo 227, §6º. da CRFB/88, trazendo que “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.<sup>38</sup>

No que tange à socioafetividade, ocorre que, por muitas vezes quando há a situação do nascimento de uma criança advinda de um relacionamento extraconjugal, normalmente ela vai morar juntamente com a família. Para que possa haver essa convivência, há a necessidade da autorização do cônjuge/companheiro, conforme o artigo 1.611 do Código Civil, onde

---

<sup>38</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

temos: “O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro”.<sup>39</sup> O fato do cônjuge reconhecer é uma demonstração de afeto, o que já pode ser entendido como o início da relação socioafetiva. Se antigamente o filho havido fora do casamento não tinha seus direitos reconhecidos como filho, hoje, temos que esse filho terá os mesmos direitos do filho havido no casamento, inclusive os direitos sucessórios do cônjuge com o qual criou os laços socioafetivos.

### **3.2.3.5 Reconhecimento dos filhos concebidos por reprodução assistida heteróloga**

A reprodução assistida é uma técnica por meio da qual pessoas que por variados motivos não podem conceber filhos recorrem. A Resolução 6128/17 do Conselho Federal de Medicina tem como um dos seus princípios que as técnicas de reprodução assistida têm o papel de auxiliar na resolução dos problemas de reprodução humana visando facilitar o processo de procriação.

Ocorrerá que por conta da inviabilidade de reprodução por meios habituais, o casal tem a possibilidade de recorrer a esta técnica que consiste na utilização de material genético alheio proveniente de doador anônimo constante de banco de óvulos ou sêmen. O número de pessoas que recorrem a essa técnica tem crescido ao longo dos anos como pode-se observar através do aumento de solicitações feitas ao Banco de Sêmen de Doadores Anônimos do Brasil localizado no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo. É importante ressaltar que a doação do material genético é voluntária não havendo qualquer tipo de remuneração. O benefício da doação consiste na boa ação de viabilizar o sonho de um casal em ter filhos e também é ofertado uma ampla avaliação do estado de saúde do doador.

A Resolução 1.957/2010 do Conselho Federal de Medicina<sup>40</sup> determina que deverá haver sigilo sobre a identidade do doador e dos receptores. A escolha do doador cabe a unidade que deverá motivar-se através da semelhança física entre doador e receptores. O receptor que não partilhar material genético com a criança a ser gerada porém consentir na reprodução assistida desenvolverá com a criança laços de socioafetividade sendo o seu vínculo com a mesma de igual importância com o do outro cônjuge. O artigo 1.597 do Código Civil traz a previsão legal aplicável a esta situação quando preceitua que:

---

<sup>39</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>.

<sup>40</sup> BRASIL. **Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.957/2010**, de 06 de janeiro de 2011. . Brasília, Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957_2010.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

III- havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;

IV- havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;

**V- havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.**

De acordo com o disposto no artigo acima temos que os filhos concebidos através das técnicas de reprodução assistida terão os mesmos direitos dos filhos biológicos e concebidos da maneira natural, mesmo que não sejam reconhecidos perante o Registro Civil de Pessoas.

### **3.3 O IMPACTO DO PROVIMENTO 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NO RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA**

O Conselho Nacional de Justiça editou em 14 de Novembro de 2017 o Provimento no. 63/2017<sup>41</sup> com o intuito de tornar nacional o entendimento exarado em algumas decisões judiciais e por Corregedorias Gerais de Justiça de alguns estados, de tornar possível o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e da maternidade socioafetiva de maneira extrajudicial por meio dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Essa possibilidade está expressa na Seção II deste provimento que também abarca algumas informações relevantes como a possibilidade de os maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil poderem buscar o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva necessitando que o suposto pai ou a suposta mãe tenha uma diferença de no mínimo dezesseis anos. Também, não poderá ser reconhecida a paternidade/maternidade afetiva entre irmão ou ascendentes. As demais explanações sobre como ocorre o procedimento já foram explicadas no tópico que aborda o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva.

Nota-se que o artigo 14 do provimento “o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais e de duas mães no campo FILIAÇÃO no assento de nascimento”

---

<sup>41</sup> BRASIL. Provimento nº 63, de 2017. **Provimento 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2018.

dá inicialmente dois entendimentos. Quais sejam: a impossibilidade do reconhecimento da multiparentalidade pela via extrajudicial pelo uso da expressão “unilateral” e o outro seria justamente o contrário, a possibilidade do reconhecimento da multiparentalidade pela via extrajudicial de maneira a dar pleno seguimento a decisão do Supremo Tribunal Federal. O uso da expressão unilateral foi esclarecida por meio de nota de esclarecimento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN), na qual elucidavam que a expressão indicava que não seria possível o registro simultâneo de pai e mãe socioafetivos, devendo ser apenas um deles, para que um dos pais ou uma das mães fossem registrais. Ainda, declararam:

as pessoas que já possuam pai e mãe registral, para terem o reconhecimento de um pai e uma mãe socioafetivo, formando a multiparentalidade, deverá o registrador civil realizar dois atos, um para o pai socioafetivo e outro para a mãe socioafetiva. Neste sentido, a Arpen-Brasil orienta os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais a realizarem os reconhecimentos de paternidade e ou maternidade socioafetiva, mesmo que já existam pai e mãe registral, respeitando sempre o limite instituído no provimento de no máximo contarem dois pais e também duas mães no termo.<sup>42</sup>

De maneira geral, o provimento buscou elucidar e apaziguar as dúvidas acerca da efetividade para os cartórios da nova realidade trazida através da Repercussão Geral 622 “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com efeitos jurídicos próprios” de forma a facilitar a concretização do reconhecimento do vínculo socioafetivo pela via extrajudicial, o que segue a tendência do nosso ordenamento jurídico que através do Código de Processo Civil de 2015 busca formas extrajudiciais de resolução das demandas antes levadas à juízo.

---

<sup>42</sup> JUNIOR, Arion Toledo CAvalheiro. **Nota de Esclarecimento acerca do provimento CNJ no. 63/2017**. OfficerSoft: soluções para cartórios, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<http://www.officersoft.com.br/publicacoes/arpem-brasil-divulga-nota-de-esclarecimento-sobre-o-provimento-no-632017-do-cnj/>>. Acesso em: 17 set. 2018.



## **4 DIREITO COMPARADO E IMPLICAÇÕES DO DIREITO DAS SUCESSÕES NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA**

Como reflexo da diversidade da população mundial, temos que as diferentes sociedades tem formas variadas de como reger a sua interação. Todavia, há um senso comum que acaba por aproximar os institutos que são criados pelos estudiosos ao redor do mundo, apesar das características que as distinguem como passaremos a ver adiante. Veremos ainda como o ordenamento jurídico brasileiro aborda a temática do direito das sucessões, principalmente no que tange à aplicação do mesmo na filiação socioafetiva.

### **4.1 DIREITO COMPARADO: FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO BRASIL X FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO MUNDO**

#### **4.1.1 Filiação socioafetiva no Brasil**

A relação de parentesco que surge através da voluntariedade das partes eivada de vínculo de afetividade deve ser reconhecida e amparada juridicamente assim como os demais vínculos de origem da filiação. A filiação constitui-se como elemento formador da personalidade do indivíduo, encaixando-se assim na tutela da personalidade humana que encontra guarida no nosso ordenamento jurídico. Abordar a filiação socioafetiva na legislação é proteger essas relações das inseguranças geradas pela ausência de regulamentação, é possibilitar que os indivíduos que as possuem possam desenvolver suas personalidades e relacionamento de maneira saudáveis, resguardados de interesses patrimoniais escusos, preservando-se a estabilidade familiar.

No Brasil a parentalidade socioafetiva abrange não somente a relação com foco no filho e nos efeitos que possam atingi-lo, mas também aos pais e demais parentes, como noticiado através do site do STJ em 2010, situação onde a terceira turma deste tribunal decidiu que a maternidade afetiva será válida mesmo quando a mãe tivesse registrado filha de outrem como sendo sua, constituindo verdadeiro caso de adoção à brasileira, que é considerado crime no país. Ocorreu que o caso foi levado a apreciação do Tribunal pois a mãe havia falecido e deixado grande parte do seu patrimônio para a filha socioafetiva, então a filha biológica buscou a anulação do registro de nascimento da outra com o fito de descaracterizar o vínculo com base na ilegalidade cometida pela própria mãe. Não obteve êxito uma vez que o princípio do melhor interesse da criança, que tem por base a sua proteção integral, frisa ser menos danoso a criança permanecer com aquele vínculo, mesmo que não

tenha origem legal, do que desconstituí-lo após toda uma construção de laços afetivos, não só com a mãe, mas também com os demais parentes.

Sendo assim, não há dúvida acerca da viabilidade do reconhecimento, bem como dos efeitos atinentes à filiação socioafetiva no Brasil. Ela existe, é reconhecida e possui guarida em diversos julgados e enunciados dos tribunais do nosso país. É um instituto novo que está sendo construído pela doutrina e jurisprudência. Esta se vale do arcabouço legislativo que possuímos para resolver os dilemas cotidianos que são levados a julgamento, elaborando assim uma orientação mais sólida para os demais casos que estão por vir.

#### **4.1.2 Filiação socioafetiva no mundo**

Assim como no Brasil, ao redor do mundo não há uma vasta legislação que tutele as relações de filiação socioafetiva. Inicialmente temos Portugal como o país de onde herdamos bastante da realidade jurídica. Em setembro de 2009, através da Lei no. 103, foi criado o apadrinhamento civil que consiste na tutela da relação jurídica criada entre uma criança ou adolescente e um indivíduo ou uma família, que tenha caráter permanente (porém passível de revogação) e que esta seja fundada através do afeto com o intuito de promover o bem estar e o desenvolvimento de maneira saudável da personalidade da criança ou adolescente. Tal vínculo poderá ser formado através de registro civil após decisão judicial ou apenas homologação.

Quanto a legitimidade para que essa relação seja estabelecida, é necessário que o indivíduo que vise apadrinhar tenha idade superior a 25 anos e que demonstre ter boas intenções para com a criança, no sentido de beneficiá-la com o apadrinhamento. Não será permitido o apadrinhamento quando houverem as características que se adequem à adoção. Quanto a possibilidade de ser apadrinhado, um dos requisitos principais é que a seja menor de dezoito anos, também podendo ser apadrinhado aquele que esteja em medida de acolhimento em instituição ou se encontre numa situação de perigo confirmada por uma comissão de proteção de crianças e jovens ou em processo judicial, entre outras.

Uma criança só poderá ser apadrinhada por um indivíduo de cada vez, ou seja, não poderá ser apadrinhada simultaneamente por duas pessoas a não que elas sejam membros de uma mesma família. Os padrinhos terão plena responsabilidade sobre os apadrinhados. Os pais da criança por sua vez tem seus direitos elencados pela lei supracitada, sendo alguns deles: conhecer a identidade dos padrinhos, receber com regularidade fotografias ou outro registro de imagem do filho, saber o local de residência do filho, entre outros.

Para que ocorra o apadrinhamento há a necessidade do consentimento para cada caso, cenário este em que podemos ver algumas semelhanças com o procedimento brasileiro de adoção. São eles: da criança ou adolescente caso maior de doze anos; do cônjuge ou companheiro do padrinho ou da madrinha não separado judicialmente; dos pais do afilhado; do representante legal do afilhado ou de quem tiver a guarda de fato dele.

Uma importante informação acerca do apadrinhamento que ocorre em Portugal é que no que tange a obrigação de prestar alimentos, os padrinhos são considerados parentes de primeiro grau dos apadrinhados. Todavia, os pais do apadrinhado precedem os padrinhos nessa obrigação. O contrário também ocorre. Os apadrinhados é considerado descendente em primeiro grau dos padrinhos, tendo o dever de prestar alimentos em caso de necessidade deste último. Todavia, os filhos biológicos precedem os apadrinhados nessa obrigação.

Há um receio de que o instituto da filiação socioafetiva no Brasil desestime as pessoas a ajudarem financeiramente crianças e adolescentes, uma vez que esse apoio poderia vir a embasar a tentativa de configuração do vínculo de socioafetividade. Diante disto, tentou-se até mesmo trazer o instituto do apadrinhamento civil para o Brasil através de Projeto de Lei no. 5.682/2013<sup>43</sup> para que não ocorresse esse desestímulo, todavia o mesmo foi arquivado em 2015. Por meio desse Projeto de Lei buscava-se distinguir o mero auxílio econômico ou psicológico do vínculo de filiação que se constitui como sendo mais intenso.

Partindo agora para outros países, temos que na França há norma que trata sobre o estado de posse do filho que gera os efeitos inerentes à filiação e poderíamos comparar com o instituto da filiação socioafetiva presente no Brasil. Para que possa ser reconhecida a posse do estado de filho, são exigidos alguns requisitos como: a pessoa ter sido tratada como filho (*tratactus*); ter obtido a qualidade de filho na sua formação e manutenção; ter sido apresentada para a sociedade como filho (*fama*); ter sido reconhecida como filho da pessoa pela autoridade pública; e ter usado o sobrenome da família (*nomen*). A posse também deverá ser contínua, pacífica, pública e inequívoca.

O direito italiano por sua vez, entre os artigos 400 e 403 do Código Civil traz a regulamentação de um instituto parecido com a filiação socioafetiva que fora traduzido para o português como sendo “afilhadagem”. Diferentemente do instituto que vigora no Brasil, a afilhadagem não teria o intuito de tutelar um relação familiar, mas a relação protegida pelas

---

<sup>43</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: afeitos jurídicos**. 3a. Ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 72.

artigos 400 a 403 do Código Civil Italiano tem o viés assistencialista, sem gerar efeitos sucessórios, por exemplo. Ao “adotante” seriam atribuídos algumas funções decorrentes do poder familiar, e ao “adotado” seria facultado até mesmo adotar o nome patronímico, porém, seria apenas um status de família e não o desenvolvimento do laço de afeto que gera a família<sup>44</sup>.

Apesar de ser uma temática bastante discutida e presente nos tribunais do mundo todo, também é uma temática que não é amplamente normativada. Para ilustrar a ocorrência de casos como os julgados aqui no Brasil em outros locais do mundo, temos a jurisprudência de um tribunal alemão<sup>45</sup>:

O senhor Ahrenz manteve um relacionamento com uma mulher, que vivia na época com outro homem. A mulher engravidou e teve uma filha em 2005. Em outubro de 2005, o senhor Ahrenz ingressou em juízo para se ver declarado como pai da criança, dado ser biologicamente o responsável pela concepção. O pai legítimo contestou e afirmou assumir integralmente as responsabilidades parentais, fosse ele ou não o pai biológico. O caso foi julgado em primeiro grau favoravelmente ao senhor Ahrenz, após a realização de perícia hematológica, que o apontou como pai da menina. Em grau de recurso, o Tribunal de Justiça anulou o julgamento, por considerar a prevalência da paternidade jurídica e social em detrimento da paternidade biológica. As relações familiares seriam profundamente abaladas com esse reconhecimento de paternidade.

No caso em tela, o Tribunal Alemão optou por valorizar o vínculo afetivo em detrimento do vínculo biológico em respeito ao princípio do melhor interesse da criança. Diante desta decisão vemos que apesar de ser um ordenamento jurídico diferente do nosso, e de não haver o instituto da filiação afetiva propriamente dita nele, há a decisão harmônica com as que tem sido proferidas no Brasil, uma vez que quando não há regras específicas que se adequem ao fato ocorrido, recorre-se aos princípios, que são gerais e permeiam toda a realidade jurídica mundial. Sendo assim, observamos a ocorrência de situações que englobam a filiação socioafetiva ao redor do mundo e como alguns dos países se comportam perante elas.

## 4.2 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO DAS SUCESSÕES

<sup>44</sup> CASSETTARI, Cristiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva**: efeitos jurídicos. 3 ed. São Paulo, Atlas: 2017. p. 64.

<sup>45</sup> JÚNIOR, Otávio Luiz Rodrigues. Entre a paternidade legal e a biológica na Europa. *Rvista Conjutor Jurídico*, 2012. Disponível em: <<http://conjur.com.br/2012-ago-29/direito-comparado-entre-paternidade-legal-biologica-europa>>. Acesso em: 17 out. 2018.

A morte é o fim da pessoa natural, e assim como as demais fases da vida do ser humano é regulada pelo direito. Poderá ser considerada real ou presumida. A morte será real quando diante do corpo, o profissional de medicina atestar a ocorrência do óbito que deverá ser levada a registro conforme a Lei de Registros Públicos. Todavia, caso haja a impossibilidade de ser atestada por especialista poderá ser constatada por duas testemunhas. A morte presumida será declarada quando houver ausência, sendo esta a situação onde o indivíduo não pode ser encontrado e também não deixa procurador ou pessoa responsável pela administração de seus bens, conforme regulamenta o artigo 22 do Código Civil. Ainda, temos que não haverá necessidade de decretação de ausência quando for extremamente provável a morte de pessoa que esteja em situação de perigo de vida ou se alguém que estiver desaparecido em situação de guerra não for encontrado nos dois anos posteriores ao seu término, conforme exposto no artigo 7º. do Código Civil.

O direito sucessório tem como objeto de estudo a transmissão do patrimônio e obrigações após o falecimento da pessoa natural, que ocorre através de lei ou testamento. No sentido subjetivo, teríamos que o direito do indivíduo de suceder o que faleceu, o direito de herdar. O direito de herança está assegurado por nossa Constituição Federal, em seu artigo 5º., XXX “é garantido o direito de herança”. Para ressaltar a importância desse direito fundamental, temos o julgado a seguir<sup>46</sup>:

Direito processual civil. Embargos de declaração. Ponto omissis. Alegação de intempestividade da apelação. Rejeição. O direito à herança está previsto no artigo 5.o, XXX, da Constituição da República, no rol dos direitos fundamentais, sendo, portanto, matéria de ordem pública, cognoscível pelo magistrado de ofício, independente, até mesmo, de qualquer alegação das partes. Assim, seja como for, diante da remessa dos autos a essa instância superior, a cassação da sentença se impõe, a fim de se garantir a correta partilha dos bens a inventariar. Rejeição dos embargos .

Por meio deste podemos observar que o direito de herança pode ser declarado de ofício pelo magistrado uma vez que constitui-se como sendo um direito fundamental, matéria de ordem pública.

A sucessão poderá ocorrer a título universal, ou seja, a transferência integral ou de parte ideal do patrimônio do *de cujus* para seu sucessor. E também poderá ocorrer a título singular, através da qual será transmitido algo ou algum direito determinado. A sucessão

---

<sup>46</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Embargos de Declaração na Apelação Cível 2009.001.53173**, 6.a Câmara Cível, Rel. Des. Gilberto Rego, j. 27.01.2010, DORJ 12.02.2010. p. 188

ainda é classificada como legítima quando deriva da lei, e testamentária quando tem como cerne a manifestação da vontade do falecido. A sucessão legítima normalmente é universal. Já a testamentária poderá ser tanto universal como a título singular.

Além de reger-se pelos princípios inerentes ao Direito Civil, o direito das sucessões possui princípios norteadores próprios como o princípio da *saisine*, (*non*) *ultra vires hereditatis*, da função social, territorialidade, temporariedade e do respeito à vontade manifestada, que serão abordados a seguir.

### 4.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

#### 4.3.1 Princípio da Saisine

Por este princípio entendemos que deverá ocorrer a transmissão do patrimônio de maneira automática e imediata a abertura da sucessão, passando a posse para os herdeiros. Não há a necessidade da prática de ato algum para que seja legal. Em nosso ordenamento jurídico o princípio está consagrado no artigo 1.784 do Código Civil, o qual preceitua que “Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários”.<sup>47</sup>

Ainda, para ratificar o sentido do princípio temos a máxima de que o morto dá posse ao vivo. Luís Camargo Pinto de Carvalho traz em sua obra alguns trechos onde outros autores explicam a etimologia da palavra *saisine*, sendo “Etimologicamente, *saisir* vem da palavra latina *sacire*, contida em leis bárbaras, que por sua vez resultaria de duas palavras francas, *sakjan*, com o sentido de reinvidicar, e *satjan*, com o sentido de pôr, colocar, apossar-se, tendo sido empregada pela primeira vez no ano de 1138.”<sup>48</sup>

Este princípio é importante para o direito das sucessões uma vez que permite que as relações jurídicas existentes não se dissolvam, apenas mudem de titular dando a continuidade e estabilidade necessária. O instituto foi criado com o intuito de não deixar os bens sem titularidade quando do falecimento do de cujus, para evitar qualquer tipo de confusão patrimonial até que o patrimônio fosse transferido de maneira definitiva.

Apesar do exposto, é importante ressaltar que o princípio da *saisine* não permite que o herdeiro que recebeu a posse dos bens disponha deles livremente. É vedado aos sucessores

---

<sup>47</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>.

<sup>48</sup> DAUZAT, Jean Dubois Albert; MITTERAND, Henri. **Nouveau Dictionnaire Étymologique et Historique**. 1971.

alienarem os bens sem a devida autorização judicial e até o fim do procedimento de inventário ou arrolamento, é um direito abstrato que tem apenas a intenção de evitar que os bens fiquem sem titularidade temporariamente. Já os legatários, sucessores de herança individualizada, conforme o artigo 1.923, §1o., não poderão imiscuir-se na posse do bem por autoridade própria, só podendo tomar posse da sua parte da herança quando lhe for atribuído pelo herdeiro.

Uma das razões para toda essa abstração que envolve os bens do autor da herança é que o mesmo pode ter deixado dívidas que o seu patrimônio poderá ter que responder por elas, então não é correto permitir que um herdeiro ou até mesmo legatário disponha de um bem que não há a comprovação de sua disponibilidade. Tanto é que o sucessor que decidir ter a posse exclusiva do bem e algum dos demais sucessores apresentar devida oposição, o que possui a posse deverá pagar aluguel aos demais herdeiros pelo uso do bem, conforme o entendimento<sup>49</sup> do Superior Tribunal de Justiça na pessoa da Excelentíssima Ministra Nancy Andrigli:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA DE ALUGUEL. HERDEIROS. UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DO IMÓVEL. OPOSIÇÃO NECESSÁRIA. TERMO INICIAL. Aquele que ocupa exclusivamente imóvel deixado pelo falecido deverá pagar aos demais herdeiros valores a título de aluguel proporcional, quando demonstrada oposição à sua ocupação exclusiva. Nesta hipótese, o termo inicial para o pagamento dos valores deve coincidir com a efetiva oposição, judicial ou extrajudicial, dos demais herdeiros. Recurso Especial parcialmente conhecido e provido.

O julgado acima corrobora com o entendimento exposto anteriormente no sentido de que quando os bens são transferidos de imediato, respeitando-se o princípio da *saisine*, ocorre a transferência em sua totalidade, sem que haja a respectiva divisão destes para os herdeiros tomarem posse da parte que os cabe. Sendo assim, como é um bem comum e sem a possibilidade de dispor, o herdeiro que decidir fazê-lo deverá oferecer contraprestação aos demais, uma vez que não pode exercer a posse plena sobre aquele patrimônio determinado sem que haja a finalização do procedimento de partilha ou inventário.

#### 4.3.2 Princípio da função social

---

<sup>49</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 570.723**. Diário Oficial da União. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8912340/recursospecialresp570723rj20030153830-0/inteiro-teor-14044315>>. Acesso em: 27 set. 2018.

O princípio da função social está consagrado no nosso ordenamento jurídico como um direito fundamental e está expresso no artigo 5º., XXIII, da Constituição Federal o qual estabelece que a propriedade deverá atender a função social. Este é um conceito que foi construído ao longo do tempo, mas que em seu cerne atualmente significa que a o exercício do direito de propriedade deve ocorrer de maneira a considerar a existência da sociedade como um todo e não apenas o indivíduo que possui a titularidade do domínio.

Posto isto, o princípio da função social encontra lugar na temática do direito das sucessões quando observamos que a herança deverá ter sua função social, uma vez que é a transmissão, redistribuição do patrimônio que antes estava nas mãos de apenas um indivíduo e poderá ser conduzido a um ou mais outros.

A função social da herança pode ser percebida quando há o instituto da representação, por meio do qual é permitido a um filho receber a herança do avô em nome de seu pai caso este seja falecido. Dessa maneira é assegurado o tratamento igualitário a todos os herdeiros e não haja injustiça quando da redistribuição do patrimônio, o que atenua o sofrimento da família, posto que será uma preocupação a menos.

#### **4.3.3 Princípio da temporariedade**

A sucessão deverá reger-se pela lei vigente ao tempo da abertura desta. Este é o princípio da temporariedade que está expresso no artigo 1.787 do Código Civil. O princípio em questão busca resguardar a segurança das relações jurídicas já consolidadas, em acordo com o art 5º., XXXVI da Constituição Federal que assegura que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Fazendo uma interpretação sistemática temos que pelo princípio da *saisine*, ocorrerá a transferência de maneira universal do patrimônio para os herdeiros, o que faz com que comece a gerar efeitos, sendo o mais correto que a lei que regerá todo o procedimento, quer seja de inventário ou arrolamento, seja o do início dos atos que geraram a sucessão, para que não haja confusão patrimonial. Tal entendimento é o aplicado nas relações jurídicas e para isto está exposto de forma evidente no artigo 2.041 do Código Civil “As disposições deste Código relativas à ordem da vocação hereditária (arts. 1.829 a 1.844) não se aplicam à sucessão aberta antes de sua vigência, prevalecendo o disposto na lei anterior”.<sup>50</sup> Tal

---

<sup>50</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.



dispositivo autoriza a ultratividade da lei posterior, no caso do Código de Direito Civil de 1916, para ser aplicado em casos que tiveram início durante a sua vigência.

#### 4.3.4 Princípio da (non) *ultra vires hereditatis*

*Ultra vires hereditatis* é a expressão do latim que representa para além do conteúdo da herança, em nossa língua portuguesa. Diante disto, o princípio em tela busca deter a possibilidade de que para honrar com as dívidas deixadas pelo falecido, os seus credores venham a atingir o patrimônio individual dos herdeiros. É o que está expresso no artigo 1.792 do Código Civil “O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.”.<sup>51</sup>

Pela lógica seguida da sucessão, o patrimônio será transmitido de forma automática quando do falecimento do autor da herança para seus herdeiros. Contudo haverá o procedimento de partilha ou inventário para que haja a correta distribuição entre seus herdeiros e a apuração do aglomerado de bens que pertenciam ao *de cujus*. Também será averiguado durante esses procedimentos as dívidas e obrigações contraídas em vidas e não quitadas pelo falecido, devendo responder por elas o patrimônio que o mesmo deixou. Todavia, pelo princípio da *non ultra vires hereditatis* não será permitido que os credores possam cobrar dos herdeiros dívidas deixadas pelo falecido, prática que era usual antigamente.

No Recurso Cível no. 71007513765<sup>52</sup> que fora interposto perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul tivemos a situação onde estava sendo cobrado da descendente da falecida o valor de uma dívida que fora inclusive inscrita no Cadastro de Inadimplentes, e que mesmo após a comunicação do falecimento da genitora, a loja em questão não havia cessado com as cobranças. A autora, filha da falecida, argumentou que de acordo com o artigo 1.792 do Código Civil não deveria responder pelos débitos contraídos por sua mãe com seu patrimônio, nem poderia saldá-los uma vez que a mesma não teria deixado patrimônio para isto. O que há de se frisar na situação exposta, além de exemplificar de maneira prática o

<sup>51</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

<sup>52</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Recurso Cível nº 71007513765**. Dje 01/10/2018. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/632425901/recurso-civel-71007513765-rs/inteiro-teor-632425914>>. Acesso em: 11 out. 2018.

exposto, é o entendimento do relator que deu parcial provimento ao recurso no sentido de que apesar da alegação da autora de que a genitora não havia deixado recursos necessários para saldar a dívida, há a necessidade de comprovação dessa inexistência de patrimônio para que possa ser aplicada a regra mencionada, uma vez que autora apenas apresentou como documento comprobatório a certidão de óbito.

Apesar do exposto anteriormente, este princípio admite uma exceção sendo ela referente à obrigação alimentar. De acordo com o artigo 1.700 do Código Civil a obrigação de prestar alimentos poderá ser transmitida para os herdeiros do devedor, conforme o exposto no Código acerca da obrigação dos demais familiares prestarem alimentos ao necessitado.

#### **4.3.5 Princípio do respeito à vontade manifestada**

Como a própria nomenclatura do princípio antecipa, trata-se da obediência aos desejos expressos do autor da herança. Deverá ser observado durante todo o processo de sucessão, inclusive quanto à observância aos requisitos formais ou caso haja situações eventuais não previstas pelo autor da herança, deve-se recorrer a um juiz para que este pondere acerca do caso concreto e possa fazer um melhor juízo imparcial sobre a vontade do testador naquela ocasião. O testamento em si, já é feito com o intuito de preservar a vontade do indivíduo quando este vier a falecer, devendo ter sua vontade respeitada da melhor maneira possível.

#### **4.3.6 Princípio da territorialidade**

Por meio do princípio da territorialidade temos que a sucessão deverá ter sua abertura no local do último domicílio do falecido. Dessa maneira, este princípio possui maior incidência na parte processual quando da delimitação da competência do foro, conforme demonstrado na ementa<sup>53</sup> a seguir:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA. SUCESSÃO. INVENTÁRIO. NÃO HÁ RAZÃO PARA QUE O INVENTÁRIO TRAMITE EM OUTRA COMARCA, SENÃO A DE CANELA, JÁ QUE O

---

<sup>53</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento nº 70047801063**. Dje 19/03/2012. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21413263/agravo-de-instrumento-ai-70047801063-rs-tjrs>>. Acesso em: 11 out. 2018.

**JUÍZO COMPETENTE PARA PROCESSAR O INVENTÁRIO É O DO  
ÚLTIMO DOMICÍLIO DA DE CUJUS. RECURSO PROVIDO.**

Todavia há situações onde não se sabe o local do último domicílio do falecido. Quando isto ocorre o legislador prevê que deverá haver a abertura do inventário no local que forem encontrados os bens do autor da herança. Ainda, se este não for suficiente pelo motivo de os bens se encontrarem em locais diversos, a competência deverá deslocar-se para o local onde ocorreu o óbito do falecido, conforme o artigo 96, II, do Código de Processo Civil. Também, quando o falecido tiver mais de um último domicílio poderá ser aberto o inventário em qualquer um deles, de acordo com o artigo 94, §1º. do Código de Processo Civil.

No que tange a situação onde o falecido é estrangeiro, a regra que é seguida é a da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (LINDB) que afirma que a lei que deve ser seguida é a do país onde seja domiciliado o falecido ou desaparecido sem levar em consideração a natureza ou situação dos bens. Porém, resguarda como competência brasileira o sucessão dos bens de estrangeiros localizados no país para que haja o benefício do cônjuge ou filhos brasileiros quando a lei do país de origem do falecido não os seja mais favorável.

#### **4.4 APLICAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA**

O direito civil e mais especificamente o direito de família tem como um dos seus princípios basilares a solidariedade familiar proveniente do princípio da solidariedade expresso em nossa Constituição Federal. Isto enseja que por vivermos em sociedade, interagindo cotidianamente uns com os outros, devemos não só termos a consciência e respeitar a dignidade um do outro como também nos comportarmos de maneira a transparecer este respeito e compaixão, é o dever de solidariedade, que se faz ainda mais presente no âmbito familiar devido ao estreitamento das relações pela convivência próxima e diária. O direito das sucessões, no que tange as regras da sucessão legítima encontra seu cerne no seio do dever de solidariedade.

Diante do exposto vimos que assim como os demais efeitos jurídicos, é possível que um filho que tenha vínculo socioafetivo com seu pai/mãe possa ser beneficiado pelos efeitos sucessórios assim como o pai/mãe socioafetivo tem o direito de deixar sua herança para seu filho, uma vez que não poderá haver a discriminação de filhos com base em sua origem. Tal posicionamento é aceito não só pela doutrina, mas também aplicado em nossos tribunais, se

revestindo da aplicabilidade necessária e não se mantendo somente no plano teórico, como demonstrado a seguir<sup>54</sup>:

Direito processual civil – Direito de família – Ação de investigação de maternidade, cumulada com retificação de registro e declaração de direitos hereditários – Impossibilidade jurídica do pedido – Art. 267, inc. IV, do Código de Processo Civil – Extinção do processo sem resolução do mérito. Dá-se a impossibilidade jurídica do pedido, quando o ordenamento jurídico abstratamente vedar a tutela jurisdicional pretendida, tanto em relação ao pedido mediato quanto à causa de pedir. Direito civil – Apelação – Maternidade Afetiva – atos inequívocos de reconhecimento mútuo – testamento – depoimento de outros filhos – parentesco reconhecido – recurso desprovido. A partir do momento em que se admite no Direito Pátrio a figura do parentesco socioafetivo, não há como negar, no caso em exame, que a relação ocorrida durante quase dezenove anos entre a autora e a alegada mãe afetiva se revestiu de contornos nítidos de parentesco, maior, mesmo, do que o sanguíneo, o que se confirma pelo conteúdo dos depoimentos dos filhos da alegada mãe afetiva, e do testamento público que esta lavrou, três anos antes de sua morte, reconhecendo a autora como sua filha adotiva.

Dessa maneira, não há mais o que questionar sobre a possibilidade da aplicação dos institutos do direito sucessório à filiação socioafetiva, devendo todos os direitos conferidos aos parentes de origem biológica serem também conferidos aos parentes socioafetivos.

A dúvida surge quando há o envolvimento de mais de um parente, no caso, quando ocorre a multiparentalidade proveniente do laço socioafetivo. Vale salientar que não há no direito pátrio legislação que impeça a possibilidade do filho herdar de mais de um dos pais, e devemos partir da premissa que o que não é vedado pelo ordenamento jurídico, é permitido. Ao contrário, como já explicitado anteriormente, há tese de Repercussão Geral no Superior Tribunal Federal<sup>55</sup> que assegura a simultaneidade das filiações biológica e socioafetiva incluindo todos os efeitos inerentes as mesmas. Limitar o direito sucessório de um indivíduo seria uma discriminação para com ele. De toda maneira, a jurisprudência pátria tem decidido conferir os efeitos sucessórios inerentes as duas filiações conforme explicitado na jurisprudência a seguir<sup>56</sup>:

<sup>54</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação. Cível 1.0024.03.186.459-8/001**; 4ª C.C.; Rel. Des. Moreira Diniz; em 23.3.2007.

<sup>55</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 898060**. Dje. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4803092>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

<sup>56</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível nº 0301422-12.2015.8.24.0019**. Diário de Justiça. Florianópolis. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/548940267/apelacaocivelac3014221220158240019concordia-0301422-1220158240019/inteiro-teor-548940340?ref=serp>>. Acesso em: 11 out. 2018.

Os demandados pugnam pela reforma da sentença, sob o fundamento de que a autora já possui vínculo paternal socioafetivo, razão pela qual não ostenta direito sucessório do finado genitor biológico, tampouco faz juz à anulação da partilha dos bens objeto de inventário.

Aduzem que o objetivo da autora é meramente patrimonial, uma vez que não existe qualquer relação afetiva entre os irmãos ou qualquer tentativa de reconciliação. Asseveram que por já possuir um pai socioafetivo não pode desconstituir os laços firmados e pleitear os direitos sucessórios do genitor biológico. [...]

Não merece amparo a tentativa de distinguir e distanciar as figuras do pai biológico e socioafetivo e os direitos que advém dessas relações; isso porque, há muito a jurisprudência pátria posicionou-se contra a inexistência de hierarquia entre as referidas paternidades. Vale dizer que a simultaneidade entre elas nem sequer obsta ou suprime a existência de direitos [...]

Vê-se, portanto, que mesmo havendo indícios de filiação socioafetiva construída com o então esposo de sua genitora, isso em nada tolhe a pretensão sucessória da autora inerente ao estado de filiação com o pai biológico. Ademais, vale destacar que não cabe ao julgador adentrar na subjetividade íntima e averiguar se a parte que busca a sua identidade biológica, o faz puramente por interesse patrimonial. Ora, inegavelmente o reconhecimento da paternidade culmina em feitos patrimoniais, inerentes a todos os herdeiros legítimos do finado.

Assim sendo, não há a admissibilidade perante a jurisprudência pátria conforme melhor interpretação da legislação de que o filho socioafetivo deverá escolher entre a filiação biológica e a socioafetiva, podendo beneficiar-se dos efeitos de ambas. Em nosso ordenamento jurídico, atualmente há duas formas de origem do vínculo de filiação, sendo elas a biológica e cível. A socioafetiva é também entendida como origem de vínculo de filiação quando o artigo 1.593 do Código Civil elenca “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consaguinidade ou **outra origem**”<sup>57</sup> sendo a socioafetividade incluída no termo grifado.

Todavia, há quem pense de maneira oposta. Baseando-se na importância auferida à afetividade teríamos que caso o filho não tivesse convivido e desenvolvido laços afetivos com o pai biológico ou civil, não deveria herdar deste, posto que não há de se falar em vínculo sentimental caracterizador da relação paternal. Para essa corrente, o vínculo socioafetivo seria superior ao vínculo biológico, posição que somos opostos uma vez que não há hierarquia entre as origens de filiação. Assim, acreditamos que as diferentes formas de filiação existentes não devem ter seus critérios misturados de modo a gerar uma impossibilidade de simultaneidade entre eles. Ou seja, o critério socioafetivo não tem como base o fator

---

<sup>57</sup> BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

biológico, ou necessita dos procedimentos inerentes à adoção cível para produzir os seus efeitos. Dessa maneira, para que o critério biológico possa produzir seus efeitos não há de se exigir que possua os critérios da socioafetividade, como o afeto, ainda mais para que o genitor(a) imiscua-se do dever de responsabilidade para com seu filho. É necessário traçar uma linha tênue para que não haja a relativização ao ponto de confundir os institutos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade vive em constante mudança, com isso os parâmetros e conceitos sobre a família também se alteraram para ampliar e abranger novas formas através das quais poderia se constituir. Hoje, há o reconhecimento como família de diferentes concepções, como a monoparental, a anaparental, a homoafetiva, informal e a eudemonista, além da tradicional família matrimonial. Em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e também à Constituição Federal como um todo, temos que conforme preceitua o artigo 226, o Estado deverá proteger a família e não deve haver discriminação acerca da maneira como ela é formada.

Também não deverá haver discriminação aos filhos que compõe essa família, o tratamento deferido a eles independe da origem do vínculo, sendo este o entendimento normativado no artigo 227 da Constituição, sendo observado assim o princípio da igualdade entre os filhos. Seguindo essa mesma linha do princípio da igualdade, temos que assim como não deve haver tratamento diferenciado entre os filhos, também não deverá haver hierarquia entre as formas de parentalidade, sendo elas a biológica, civil e afetiva. A existência de uma não anulará a outra, podendo elas coexistirem e desenvolverem seus efeitos, como foi firmado através da tese de repercussão geral do Superior Tribunal Federal que teve como *leading case* o Recurso Extraordinário 898.060/SC, por meio do qual a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

Como um desses efeitos provenientes do reconhecimento do vínculo de filiação temos o efeito sucessório que consiste na possibilidade de transmissão do patrimônio e demais obrigações quando do falecimento da pessoa natural. Abrange o direito do sucessor herdar e o direito do falecido de repassar seu patrimônio para seu sucessor. O questionamento surge quando pensamos como ocorrerá o efeito sucessório na filiação socioafetiva se não houver sido reconhecido o vínculo, situação esta muito comum uma vez que a relação se baseia mais no afeto do que em encaixar-se em padrões jurídicos pré existentes.

Com a dinâmica da sociedade as pessoas que desenvolvem laços afetivos não se preocupam com as consequências jurídicas advindas deste, só pensando nisto muitas vezes após o falecimento do ente querido, quando não há mais sua presença. Todavia, é possível ocorrer o reconhecimento da filiação socioafetiva *post mortem*. Para que os efeitos sucessórios tenham eficácia é necessário que o vínculo de filiação seja reconhecido, o que poderá ser realizado através da vontade mútua, extrajudicialmente ou de maneira judicial.

Para que haja o reconhecimento do vínculo de filiação há um procedimento a ser seguido que inicia-se com a Declaração de Nascido Vivo, e tem seu término com o registro da criança tendo no assentamento o nome dos pais. Porém no tangente à filiação socioafetiva temos que deverá haver alguns requisitos para o seu reconhecimento, tais quais o *tractatus*, que consiste no tratamento deferido ao filho, como se este filho fosse. Temos também o *nominatio*, que seria a utilização do nome da família pelo indivíduo. E por fim, o *reputatio*, sendo o reconhecimento da sociedade que aquela pessoa pertence aquela determinada família.

O reconhecimento da filiação socioafetiva após o Provimento 63/2017 pode ser realizado por via extrajudicial, onde ocorrerá a inscrição da filiação no registro da criança em Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Este provimento veio para facilitar o reconhecimento desse tipo de filiação quando anteriormente só havia a possibilidade judicial. O reconhecimento por essa via ocorre através da propositura de Ação Declaratória de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva, todavia, poderá haver a fungibilidade caso a ação proposta seja diferente. É uma ação personalíssima mas que admite exceções quando da morte do indivíduo. Para que haja o reconhecimento há a necessidade do consentimento mútuo posto que essa relação é fundada através do afeto. O reconhecimento por via judicial poderá ser feito de maneira autônoma através da propositura da ação declaratória com essa finalidade, ou poderá ocorrer de maneira incidental, podendo haver o reconhecimento da filiação socioafetiva quando o objeto principal da ação não for este.

O procedimento seguido pelo ordenamento jurídico brasileiro não está compilado em lei própria, mas tem sido construído pela jurisprudência e doutrina pátrias. Assim como ocorre no Brasil, em muitos outros países há as situações que envolvem a filiação socioafetiva apesar de não possuírem o mesmo nome ou até mesmo o conceito exato, porém abordam o tema. No Brasil, conforme demonstrado ao longo do trabalho, já temos um sistema capaz de resolver a maioria dos litígios que chegam ao Poder Judiciário, ou previnem que isto ocorra resolvendo na seara extrajudicial. Há um conceito estruturado do que seria a filiação socioafetiva e também como o indivíduo que busca o seu reconhecimento deverá proceder.

Em outros lugares do mundo como Portugal temos institutos que se assemelham com a filiação socioafetiva do Brasil, e que inclusive já houveram tentativas de trazê-lo para cá, porém foi infrutífera. Podemos observar a presença de parte desse instituto também em países como a França, Itália e Alemanha. Apesar de cada um abordar o tema conforme a sua maneira e com o intuito de sanar as questões que surgem no cotidiano das respectivas sociedades, podemos constatar que basicamente os princípios que constroem as respostas para os questionamentos que surgem acabam por ser os mesmo ao redor do mundo. Preza-se pela



dignidade da pessoa humana, pela solidariedade familiar, pela igualdade e melhor interesse da criança. O que deve ocorrer devido à globalização que faz com que mesmo que sejam países diferentes, com realidade diferentes, ocorra um senso comum que é recorrível quando ocorrem lacunas no ordenamento jurídico.

Diante do exposto é possível concluir que há a possibilidade de um pai/mãe socioafetivo transmitir seu patrimônio para seu filho, posto que não deve haver discriminação quanto a origem da filiação e que conforme o artigo 1.593 do Código Civil o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consaguinidade ou **outra origem**” e a socioafetividade está inclusa no termo grifado. Então, assim como o efeito sucessório é direito fundamental protegido pela nossa Constituição e já atribuído aos filhos das origens mais corriqueiras como a biológica e a civil, também não deverá haver óbice quanto a atribuição desses efeitos à filiação proveniente da filiação socioafetiva, sendo apenas necessário haver o reconhecimento da filiação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 17 out. 2018.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal no. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 2002.

BRASIL. **Enunciado nº 339**, de 2006. Brasília, Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/369>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Lei de Registros Públicos**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.662**, de 05 de junho de 2012. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12662.htm)>. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Provimento nº 009/2013**, de 02 de dezembro de 2013. Recife, Disponível em: <[http://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/normas-internas/2013/-/asset\\_publisher/uvh3LVt7WWTo/document/id/1103248](http://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/normas-internas/2013/-/asset_publisher/uvh3LVt7WWTo/document/id/1103248)>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Provimento nº 63, de 2017. **Provimento 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. **Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.957/2010**, de 06 de janeiro de 2011. Brasília, Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957_2010.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Cautelar nº 2891**. Dje. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22934829/medida-cautelar-naaocaautelarac2891-pi-stf?ref=serp>>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 898060**. Dje. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4803092>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Informativo nº 581**, de 28 de abril de 2016. Brasília. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270581%27>>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 450566**. Brasília, 03 de maio de 2011. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19087670/recurso-especial-resp-450566-rs-2002-0092020-3/inteiro-teor-19087671>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 570.723**. Diário Oficial da União. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8912340/recurso-especial-resp-570723-rj-2003-0153830-0/inteiro-teor-14044315>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1026981**. Dje. Brasília, . Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1026981&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=3>>. Acesso em: 07 maio 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1106637**. Dje. Brasília, . Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15267288/recurso-especial-resp-1106637-sp-2008-0260892-8/inteiro-teor-15267289?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 0000237-68.2013.815.0201**. Dje. Paraíba, . Disponível em: <<http://tjpb-jurisprudencia-dje.tjpb.jus.br/dje/2018/2/19/1777fef9-d918-4846-aefb-ec9d710d8336.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 0000003-16.2016.815.2001**. Dje. Paraíba. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/517584204/andamento-do-processo-n-0000003-1620168152001-apelacao-07-11-2017-do-tjpb>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação nº 408.550-5**. Minas Gerais, 01 de abril de 2004. Dje. Minas Gerais.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação nº 2011.005050-4**. Santa Catarina, . Disponível em: <[http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado\\_ancora](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Embargos de Declaração na Apelação Cível 2009.001.53173**, 6.a Câmara Cível, Rel. Des. Gilberto Rego, j. 27.01.2010, DORJ 12.02.2010. p. 188

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento nº 70047801063**. Dje 19/03/2012. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21413263/agravo-de-instrumento-ai-70047801063-rs-tjrs>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento nº 70077632115**. Diário da Justiça. Rio Grande do Sul.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 0062601-74.2014.815.2011**. Diário da Justiça. Paraíba. Disponível em: <<http://tjpb-jurisprudencia-dje.tjpb.jus.br/dje/2017/9/18/837282a1-d319-4f77-ab74-fb3b6fd924e8.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Recurso Cível nº 71007513765**. Dje 01/10/2018. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/632425901/recurso-civel-71007513765-rs/inteiro-teor-632425914>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação. Cível 1.0024.03.186.459-8/001**; 4ª C.C.; Rel. Des. Moreira Diniz; em 23.3.2007.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível nº 0301422-12.2015.8.24.0019**. Diário de Justiça. Florianópolis. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/548940267/apelacaocivelac3014221220158240019concordia-0301422-1220158240019/inteiro-teor-548940340?ref=serp>>. Acesso em: 11 out. 2018.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: afeitos jurídicos**. 3a. Ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

CAVALHEIRO JUNIOR, Arion Toledo. **Nota de Esclarecimento acerca do provimento CNJ no. 63/2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.officersoft.com.br/publicacoes/arpem-brasil-divulga-nota-de-esclarecimento-sobre-o-provimento-no-632017-do-cnj/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

DAUZAT, Albert. DUBOIS, Jean. MITTERAND, Henri. *Nouveau Dictionnaire Étymologique et Historique*, 1971.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4a. Ed., rev., atual., e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10a. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 4. ed. rev., ampl. e atual. Bahia: Jus Podivm, 2012.

GROENINGA, Giselle Câmara. **Direito Civil. Direito de Família.** Orientação: Giselda M. F. Novaes Hironaka. Coordenação: Aguida Arruda Barbosa e Cláudia Stein Vieira. São Paulo: RT, 2008, v. 7.

LÔBO, Paulo, **Direito Civil: Famílias.** 4.ed. 2ª tiragem [s.l.]: Saraiva, 2012.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **As relações de parentesco na contemporaneidade – prevalência entre a paternidade socioafetiva ou biológica – melhor interesse dos filhos – descabimento ou reconhecimento de multiparentalidade – parecer definitivo.** Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões – Editora Magister/IASP. Porto Alegre, n. 1, julho – agosto, 2014.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família.** Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz. **Entre a paternidade legal e a biológica na Europa.** Disponível em: <<http://conjur.com.br/2012-ago-29/direito-comparado-entre-paternidade-legal-biologica-europa>>. Acesso em: 17/10/18.>

SCOTT, Valmôr. **Efeitos Sucessórios da Paternidade Socioafetiva.** 2011.

STOLZE, Pablo. PAMPLONA, Rodolfo. **Manual de Direito Civil. Volume único.** São Paulo: Saraiva, 2017.

STOLZE, Pablo. FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil.** São Paulo: Saraiva 2011. v. VI. Direito de Família.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v.5: Direito de Família.** 12. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v.6: Direito das Sucessões.** 10 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VELOSO, Z. **Direito brasileiro da filiação e paternidade.** São Paulo: Malheiros, 1997.

VILLELA, João Baptista. **Desbiologização da paternidade.** Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, ano XXVII, n. 21 (nova fase), maio 1979. Disponível em <http://www.ibdfam.com.br/public/artigos.aspx?codigo=150>. Acesso em 21 agosto de 2018.